

ROMLDA OLIVEIRA ALVES

**MULHERES SOLTEIRAS CHEFES DE DOMICÍLIO: MARIANA
C. 1807-CI 822**

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Mariana, 2006.

ROMILDA OLIVEIRA ALVES

**MULHERES SOLTEIRAS CHEFES DE DOMICÍLIO: MARIANA:
C. 1807- C. 1822**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em História. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andréa Lisly Gonçalves

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Manana, 2006.

ROMILDA OLIVEIRA ALVES

**MULHERES SOLTEIRAS CHEFES DE DOMICÍLIO: MARIANA:
C. 1807-CI 822**

Monografia de Bacharelado apresentada ao
Departamento de História da Universidade
Federal de Ouro Preto, sendo avaliadores os
seguintes professores:

Prof^a Dr^a Andréa Lisly Gonçalves

Orientadora

Prof Dr. Renato Pinto Venâncio

Prof Dr. Álvaro Araújo Antunes

**Aos meus pais,
José Luiz e Terezinha**

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo que hoje sou.

À minha família devo enorme gratidão, principalmente, a meus pais, que foram esteio e exemplo de vida para mim. Aos meus irmãos: Cleonice, Marilene, Mariuza, Robson, Márcia, Warlesson e Gilson, pelo apoio e companheirismo. E, em especial às minhas amadas sobrinhas: Estephanie, Thaís, Ludmilla e Brenda pelo carinho.

Agradeço também de forma especial, ao professor Dr. Renato Pinto Venâncio por acompanhar as etapas iniciais deste trabalho. Com sua ajuda pude “olhar” as fontes de uma forma que não teria conseguido sozinha.

À minha orientadora, professora Dr^a. Andréa Lisly Gonçalves, pela competência, pelo acompanhamento e leitura cuidadosa dos textos que me permitiram correções e acréscimos.

Ao professor Dr. Marcus Vinícius, por acreditar no meu potencial ao entregar-me a responsabilidade de desenvolver um projeto PIP- UFOP.

Ao professor Dr. Álvaro Araújo Antunes pela aceitação do convite para compor a banca de leitores críticos desta monografia.

Aos funcionários dos arquivos em que estive presente pela boa vontade e dedicação.

Ao Elvis e ao Fabrício pelo apoio nesta monografia.

A Karla e Karine pela convivência e amizade.

Aos funcionários do ICHS, de modo especial ao: Sr. Euclides, Sr. Antônio Pereira, Sr. Chiquinho, Sr. Mário, Sr. Geraldo (Seção de Ensino), Conceição, Penha, Jesus, Bento e Geraldo (Biblioteca), pela cortesia e simpatia.

A todas que foram companheiras de "teto" e que de alguma maneira - boa ou ruim - contribuíram para minha formação humana.

Ao José Geraldo Begname pelo incentivo e contribuição na vida acadêmica. Sempre prestativo e disposto a ajudar-me.

Aos companheiros e amigos de curso - principalmente a Isabella e o Gustavo - pela amizade e carinho.

À Rosilda Costa e Patrícia Maria Fonseca, mais do que pelo incentivo e amizade, pela constância.

A Marina Jacob, por tudo o que já vivemos, pela ajuda e bom exemplo de dedicação e persistência.

Por fim, deixo meu agradecimento especial ao Hélio Paiva Júnior pelos momentos felizes.

RESUMO

Esta monografia visa expor algumas informações referentes aos resultados alcançados pela pesquisa “Mulheres solteiras chefes de domicílio em Mariana: c.1807- c.1822”. A idéia foi estabelecer elos e comparações com os estudos desenvolvidos por Donald Ramos sobre “A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754 - 1838”, no qual o autor quantificou e analisou os domicílios chefiados por mulheres na área urbana e rural. Neste sentido, dirigimos nosso foco de atenção ao fenômeno da ilegitimidade, como também às similaridades e diferenças da estrutura e organização dos domicílios pertencentes às regiões de “expansão agrícola” - Termo de Mariana - e área urbana de Mariana. Enquadrando-se no âmbito da demografia histórica, esta pesquisa se insere nos atuais estudos das relações de gênero que, aliadas à história da mulher associam-se ao campo da história social da família.

ABSTRACT

This paper aims at showing some information about the results achieved by the research “Single women head of the family in Mariana: 1807-1822”. The idea is to establish a link and comparisons with the studies developed by Donald Ramos about “Woman and the family in Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838”, which the author quantified and analysed the houses led by women who lived in the rural and urban area. In this sense, the center of attention is pointed toward the phenomenon of illegitimacy as well as the similarities and differences of the structure and organization of the houses belonged to regions of “agricultural expansion”- Term of Mariana- and urban area of Mariana. Conforming to the extent of historical demography this paper is related to the present studies of relations of gender that together with the woman's history associate with the social history field of family.

TABELAS

Tabela 1 - Mulheres solteiras chefes de domicílio por região. p. 67.

Tabela 2 - Mulheres solteiras chefes de domicílio por status étnico e região.

p. 70.

Tabela 3-Número médio de filhos nos fogos de mulheres solteiras, p. 72.

Tabela 4 - Número médio de agregados nos fogos de mulheres solteiras, p. 75.

Tabela 5 - Número médio de escravos nos fogos de mulheres solteiras, p. 76.

Tabela 6 - Ocupação das mulheres solteiras chefes de domicílio, por região.

p.79.

Tabela 7 - Ocupação das mulheres solteiras chefes de domicílio, Mariana,

1819. p. 80.

Tabela 8 - Batizado dos registrados na matriz da Catedral da Sé de Mariana

(1807-1817). p. 88.

Tabela 9 -Número de testamentos com herdeiros ilegítimos por sexo (Termo

de Mariana, 1807 - 1822). p. 92.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Breves considerações teóricas a respeito dos “estudos de gênero” e história das mulheres no Brasil.....	17
Capítulo 2: Peculiaridades da economia mineira no século XIX.....	23
2.1 Atividades femininas.....	35
Capítulo 3: A família na Historiografia Brasileira.....	44
3.1 Mulheres chefes de família.....	51
3.2 Ilegitimidade; fruto da “fragilidade humana”.....	57
Capítulo 4: Mulheres solteiras chefes de domicílio e as faces da ilegitimidade em Mariana 1807-1822.....	65
4.1 Mulheres do campo, mulheres da cidade.....	65
4.2 Espaço masculino e espaço feminino; os filhos ilegítimos.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
FONTES	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

INTRODUÇÃO

As recentes mudanças verificadas na noção de sujeitos históricos vêm favorecendo a inclusão de pessoas comuns e daquelas que até então eram marginalizadas pela história tradicional. A partir de 1980, influenciados pela explosão do movimento feminista, ampliaram-se os estudos que procuraram recuperar a atuação das mulheres no processo histórico como sujeitos ativos, de modo que as imagens estereotipadas de ociosas e confinadas ao lar passaram a ser questionadas.

Tais estudos, utilizaram-se das análises de gênero - dentre outras abordagens - para deixar de encarar as mulheres apenas como vítimas da opressão e da subordinação masculina, como diz Maria Izilda S.de Mattos (1998). Nesse contexto, surgiram diversos trabalhos dedicados à família brasileira no período colonial mostrando a representatividade da mulher como chefe de domicílio, fosse ela pertencente à elite ou mesmo à parcela mais pobre da população.

Dentro dessa perspectiva se situa o nosso trabalho. Tendo a chefia de domicílio por mulheres solteiras, em Mariana nas primeiras décadas do século XIX, como objeto de pesquisa, analisamos a estrutura e organização dos fogos¹ rurais e urbanos, procurando similaridades e diferenças entre eles.

¹ Utilizaremos aqui os termos “fogo”, “família” e “domicílio”, como sinônimos. Clotilde Andrade Paiva mostra que fogo é o termo português usado no século XIX para se referir a domicílio. Segundo ela, os termos fogo e família também foram utilizados como sinônimos nas listas nominativas de habitantes mineiras. Essa utilização se deu tanto nos casos em que havia relações consanguíneas explícitas entre os arrolados, quanto naqueles em que dentro de uma mesma unidade doméstica existia a presença de pessoas ligadas por laços consanguíneos juntamente com agregados e escravos. Desta

Verificamos também, qual a condição e o perfil social dessas mulheres chefes solteiras: quem eram elas, quantas eram, se tinham filhos (ilegítimos ou naturais) e a que etnia pertenciam.

Sem dúvida, neste trabalho, a chefia de mulheres solteiras e a ilegitimidade em Mariana entre 1807 e 1822 têm uma história própria, mas que se entrecruza com as conclusões obtidas pelo estudioso Donald Ramos que pesquisou a família em Vila Rica. Por isso, procuramos neste trabalho, adotar alguns aspectos da metodologia de pesquisa que o autor utilizou em seu estudo “A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754 – 1838”, no qual procurou comparar a estrutura e organização dos domicílios sob a chefia feminina no meio urbano e rural.

Para mostrar que as mulheres encontravam obstáculos variados para formar uma família legítima, Ramos levanta as seguintes hipóteses: econômicas, burocráticas e emigrações da população - na maior parte masculina - para áreas de fronteira agrícola. Tais hipóteses não puderam ser testadas em nosso trabalho; no entanto, os resultados obtidos por Ramos nos foram úteis, uma vez que percebemos a aplicabilidade deles em Mariana, onde

forma, os critérios usados para definir fogo ou família vão muito além da presença ou não das relações consanguíneas- (Cf. PAIVA, Clotilde A. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*- 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. p. 59). Por sua vez, José Luis de Freitas, assim define domicílio: "o conjunto de pessoas residentes em uma mesma propriedade, ligadas a um indivíduo, o chefe domicílio, que detém o controle dos recursos os quais todos dependem para a sobrevivência. A nossa noção de domicílio coincide, assim, com a de fogo presente nos recenseamentos do final do período colonial e início da era nacional da história brasileira. Cf. FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 206.

se registrou a presença de um número considerável de mulheres solteiras chefiando domicílios.

O título da monografia - Mulheres solteiras chefes de domicílio em Mariana entre 1807 e 1822 - é fruto de uma análise de diversos estudos sobre gênero, mulher, família e economia no período colonial, bem como de uma abordagem qualitativa dos testamentos/ inventários e quantitativa das listas nominativas²/ registros paroquiais de batismo.

Selecionamos inventários/ testamentos que possuem alguma referência à prole ilegítima e/ou mulheres solteiras. Dessa maneira, trabalhamos com 189 inventários que vão do ano de 1807 a 1822. No entanto, foram raros aqueles que fizeram menção à cor, condição (livre ou forra) das mulheres solteiras. Esta limitação não invalida a hipótese de que elas eram, em sua maior parte, mulatas e forras concordando, assim, com a idéia defendida por Donald Ramos para Vila Rica.

Utilizamos as Listas Nominativas de Santa Rita do Turvo (1821), da Cidade de Mariana (1819) de São João Batista do Presídeo (1819), de São Januário de Ubá (1819) e de Rio Pomba (1821)³. Através da análise de tais listas, será possível traçar as variáveis: etnia, número de filhos, plantei de escravos e ocupação das mulheres solteiras chefes de domicílio. A riqueza de cada fogo, foi medida através da contagem do número de escravos residentes,

² Apresentam informações sobre os “fogos” de maneira sistemática, em que o nome, a idade, o estado conjugal, a cor, a ocupação e o número de dependentes do chefe do domicílio são anotados.

³ As Listas são documentos manuscritos, elaborados por distritos de paz, que contêm a relação nominal dos habitantes com algumas características pessoais e domiciliares. Cf. PAIVA. A, 1996.

pois na sociedade em estudo, a posse de escravos refletia as condições econômicas do indivíduo livre. Já com as atas de batismo e testamentos anexados aos inventários, estudamos a ilegitimidade.

Não foi possível utilizarmos a “ligação nominativa” devido à homonímia e à ausência de documentos das mulheres solteiras arroladas nas listas nominativas na condição de chefes de domicílio. Esta técnica nos permitiria mapear aspectos importantes da trajetória dessas mulheres, tais como: a sua vida material, as suas disposições testamentárias e a partilha de seus bens. Como não foi possível essa análise, fizemos uma comparação conjunta entre as fontes acima descritas para tentar compreender tanto quantitativamente como qualitativamente o nosso objeto de estudo.

O recorte espacial escolhido deve-se a importância de Mariana no contexto da mineração. Além disso, escolhemos esta localidade por ela ter sido um centro regional administrativo, e por ter abarcado, como sede do bispado, grande parte da capitania de Minas Gerais: as comarcas de Vila Rica, Sabará, Serro e São João dei Rey.⁴

O recorte temporal proposto 1807 - 1822 compreende o período considerado pela historiografia recente como momento de transição da economia mineradora para a economia agrícola. Neste momento, houve a transformação do perfil urbano em agrário. Além disso, a data inicial do nosso estudo, 1807, corresponde à abertura do livro de batismo da Catedral da Sé de

⁴ LEWKOWICS, Ida. Vida em família: caminhos da desigualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). 1992. 344f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Mariana. Somando-se a isso, a data que encerra nossa pesquisa, 1822, corresponde aos fins do período colonial.

Dividimos a monografia em quatro capítulos. No primeiro capítulo analisamos as principais abordagens sobre a questão de gênero no Brasil e a sua relação com a história das mulheres, com a história da família e com a demografia histórica

No segundo capítulo analisamos a historiografia revisionista que nega a noção de “involução econômica” das Minas no século XIX. Fazemos também uma breve consideração sobre os estudos que enfocam as atividades femininas nas sociedades setecentista e oitocentista mineira.

No terceiro capítulo abordamos os novos estudos - que contestam a generalização da família patriarcal e extensa para todo o Brasil - com ênfase naqueles que abordam a chefia feminina de domicílios e o fenômeno da ilegitimidade no século XVIII e XIX.

No último capítulo, analisamos e comparamos os dados obtidos nas fontes levantadas e pesquisadas, tentando compreender a relação entre a chefia feminina solteira de domicílios e ilegitimidade em Mariana. Usamos como eixo condutor deste capítulo os dados obtidos por Donald Ramos em Vila Rica referentes aos seus estudos sobre a família nos séculos XVIII e XIX.

Dessa forma, mergulhamos no estudo da chefia feminina de domicílios, tentando contribuir, de alguma maneira, para que este tema tão importante da história da família nos dê novas percepções sobre a diversidade

de estruturas familiares e sobre papéis desenvolvidos pelas mulheres na sociedade do passado.

CAPITULO 1- Breves considerações teóricas a respeito dos “estudos de gênero” e história das mulheres

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são da ação e do poder masculino, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história negligencia a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do homem em geral, tão assexuada quanto a humanidade. Célebres - piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena história’, meras coadjuvantes da História.⁵

Com a explosão do movimento feminista, a partir da década de 1970, a história da mulher despontou no espaço acadêmico. A partir deste momento - adotando a perspectiva feminista⁶- essa historiografia procurou enfatizar a contribuição feminina para a cultura, que era praticamente invisível na grande narrativa tradicional. Logo, nos anos de 1980, surgiram críticos que mostraram a necessidade de se criar uma nova forma de tratamento para os estudos relativos às mulheres, sem que fossem centrados de maneira excessiva sobre elas. Assim sendo, elaborou-se uma nova metodologia - a categoria “gênero”⁷ - buscando-se a utilização de formulações mais teóricas e

⁵ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 185.

⁶ Entendida como a visão de uma ‘onipotência’ e uma ‘heroicização’ feminina nos estudos históricos. Cf. MATOS, Maria Izilda S.de. *Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros - percursos e possibilidades*. In; *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997. p. 94 -95.

⁷ Segundo Joan Scott, a categoria gênero foi criada na década de 1980, para que os estudos feministas ganhassem legitimidade acadêmica. O “gênero”, diferentemente, da história feminista *inclui as* mulheres sem a.s especificar, pois emprega uma forma mais objetiva e neutra para pesquisá-las. Cf. SCOTT, Joan (1991), *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, SOS Corpo. 1991.

abrangentes que incluía a história dos homens e das mulheres em suas múltiplas conexões, hierarquias e relações de poder.

Desse modo, a produção dos estudos femininos que antes era centrada de maneira excessiva sobre as mulheres passou a trabalhar de forma relacional os dois gêneros, mostrando que ambos definem-se um em função do outro.⁸

A partir deste momento, com a influência da demografia histórica, dos movimentos feministas e da “Nova História”⁹ - ou seja, dos estudos que enfocam os grupos geralmente “excluídos” da narrativa histórica -, surgiu então uma história das mulheres articulada com a categoria gênero. E assim, a história em geral centrada nos estudos das elites e dos heróis masculinos, bem como nas divisões sociais e sexuais, são pouco condizentes com a visão que se tem normalmente das análises de gênero.

Como bem argumenta Del Priore:

(...) a história das mulheres não é só delas, é aquela também da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura e de suas imagens frente à sociedade. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, de seus amores e dos seus sentimentos.¹⁰

Para que possamos melhor entender a história de gênero, atentemos-nos às palavras de Leila Mezan Algranti (1997) que nos explica o que são análises de gênero:

⁸ MATOS, *op. cit.*, p. 96.

⁹ A Nova História é a escrita da história como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional que diz que a história é essencialmente política. A base filosófica da Nova História é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. Isto mostra que tudo o que era previamente considerado imutável pela história tradicional é encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo como no espaço. Cf. BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992. p. 79.

¹⁰ PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil* São Paulo: Contexto, 1997. p. 7.

(...) consiste em trabalhos que embora não tenham a intenção de trabalhar especificamente com as mulheres ou de transformá-las em seu objeto primordial, levam em conta as experiências e as relações de gênero, considerando que homens e mulheres vivenciam situações de forma diferente.¹¹

A categoria gênero refuta o determinismo biológico, expresso em termos como “sexo” ou "diferença sexual". Dessa maneira, esta categoria coloca em xeque os enfoques que, naturalizando e universalizando as experiências femininas e masculinas, não conseguem perceber a complexidade da vida cotidiana dos sujeitos históricos.

Com a incorporação do gênero como categoria de análise, tem-se procurado demonstrar que o comportamento ou os valores que são aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos. Assim, destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída tornou-se um pressuposto do pesquisador que procura incorporar essa categoria, permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos, bem como abrir um leque de possibilidades de foco de análise.¹²

Em outras palavras, a categoria gênero visa desconstruir os paradigmas tradicionais e concepções dualistas que não se esforçam em inserir as masculinidades e feminilidades no âmbito das construções socioculturais.¹³ “Na realidade, existem muitos gêneros, muitos ‘femininos’ e ‘masculinos’, e temos que reconhecer a diferença dentro da diferença”.¹⁴ Portanto, as experiências femininas e masculinas, construídas e vivenciadas historicamente, devem ser compreendidas a partir de seu aspecto relacional, ou

¹¹ ALGRANTI Leila Mezan. “Mulheres e escravos”: entrevista concedida a Renato Pinto Venâncio. In: *LPH (Revista de História Depto de História /UFOP)*. Ouro Preto: n ° 7. 1997, p. 9.

¹² MATOS, *op.cit.*, p. 104.

¹³ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. & MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. *Cadernos Pagu*, 11,1998. Aqui se entende como construções socioculturais, o reconhecimento das especificidades étnicas, religiosas, gêneros, classes, temporais e regionais.

¹⁴ MATOS, *op.cit.*, p. 107.

seja, não se pode haver nenhuma compreensão de uma delas em estudo separado¹⁵.

A história de gênero tem mostrado que as experiências e diferenças sexuais são “construções culturais, linguísticas e históricas que incluem relações de poder não localizadas num ponto fixo - o masculino -, mas presente na trama histórica”.¹⁶ Segundo Matos,

(...) é preciso estar atento às diferenças entre homens e mulheres, entre gênero e raça, entre gênero e classe, entre gênero e cultura, compreendendo, por exemplo, que “identidade” é um conceito dinâmico e que muitas vezes o conceito de gênero é constituído diferentemente nas diversas classes sociais¹⁷.

Assim sendo, ao lado das noções de raça e de classe, a noção de gênero contribuiu para a expansão dos interesses da nova historiografia por uma história que incluísse o discurso dos “oprimidos”. A incorporação das análises de gênero na historiografia fez com que se evitassem tendências generalizantes e premissas estabelecidas nas disciplinas históricas, isso colaborou para a elaboração do conceito da “diferença” como algo dinâmico¹⁸ possibilitando-se um melhor entendimento das questões culturais que incidem nas relações entre homens e mulheres.¹⁹

Por fim, a categoria gênero, ao questionar os paradigmas históricos e apontar a necessidade de se fazer estudos específicos, contribuiu

¹⁵ SCOTT, 1991, *op.cit*

¹⁶ MATOS, Maria Izilda S. Estudos de Gênero: Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, 1998. p. 72.

¹⁷ MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel; SÂMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997, p. 14

¹⁸ *Ibidem*, p. 14.

¹⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997. p. 31.

fundamentalmente para o surgimento de novos temas no campo da demografia histórica. Isto quer dizer que a Nova História Cultural, particularmente no que diz respeito ao campo da demografia histórica, ao buscar aproximar-se cada vez mais das minorias dominadas e/ou marginalizadas, deu uma ênfase especial para as mulheres e para a família enquanto objetos e sujeitos históricos.

A articulação entre demografia histórica e categoria gênero foi fundamental para a expansão dos estudos dedicados ao privado e ao cotidiano, nos quais aparecem - em grande número - segmentos subalternos como protagonistas da história. Essa interdisciplinaridade evidenciou as múltiplas relações de poder presentes no cotidiano da população colonial e recuperou os papéis informais criados e vivenciados pelas mulheres na sociedade.

Evidentemente, os estudiosos de gênero, ao se dedicarem a analisar as fontes da demografia histórica, abriram espaços para que se repensasse o papel feminino na sociedade, principalmente no interior da família. A historiografia recente que aborda o período colonial observou, por exemplo, que, “mulheres atuantes, chefes de domicílio e de negócios emergiram como contraponto à mulher branca de elite, ociosa e deitada na rede a gritar com seus escravos”.²⁰ Observou-se que, a distância entre a norma e a prática social na colônia se traduziu numa "resistência aos casamentos por parte da população, vivendo muitos em concubinato ou uniões de uso costumeiro, com

²⁰ SAMARA. Eni de Mesquita. Gênero e identidade na historiografia. *LPH: Revista de História Depto de História /UFOP*. Ouro Preto, n .6,1996, p. 23.

sua prole ilegítima”.²¹ Em síntese esta historiografia ao abordar o aspecto relacional entre os sexos na colônia, tratou sobretudo do casamento, do concubinato, da sexualidade, da maternidade e da criança.

Por tudo isto que foi dito, a articulação das análises de gênero e demografia histórica torna-se extremamente relevante para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que abordamos a chefia feminina de domicílios e questão da ilegitimidade. Acreditamos que através do nosso objeto de estudo, fruto das inter-relações entre os sexos, iremos contribuir para as pesquisas sobre a condição feminina e a vida familiar na sociedade de Mariana na primeira metade do século XIX.

²¹ SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003. p. 40.

CAPÍTULO 2 - Peculiaridades da economia mineira no século XIX

A partir dos anos 1980, os historiadores começam a criticar a historiografia clássica sobre a economia escravista mineira, sobretudo no que diz respeito à estagnação secular e involução econômica²² de Minas Gerais no século XIX. A historiografia recente rejeita a tese de que, após o revés da mineração aurífera, Minas teria passado por um processo de desarticulação da economia e esvaziamento demográfico. Em síntese, os estudiosos dessa historiografia mostram que após o *boom* minerador, formou-se em Minas Gerais, uma sociedade heterogênea, com base econômica diversificada em que coexistiram múltiplas formas de trabalho ligadas a uma estrutura produtiva complexa e dinâmica.²³

Como bem explica Andréa Lisly:

Assuntos que, até bem recentemente, pouco haviam ocupado a atenção dos estudiosos - como o sistema escravista mineiro no século XIX, as unidades produtivas rurais voltadas para a produção de gêneros para o mercado interno, a camada dos pequenos proprietários livres, etc-, foram

²² Segundo Carla Almeida, exemplo máximo dessa tendência tradicional "(...) são as considerações de Roberto Simonsen e Celso Furtado. Para Simonsen o declínio da mineração teria colocado não só Minas Gerais, mas toda a região centro-sul, na mais completa decadência já que, na estrutura colonial brasileira, só uma economia baseada em algum tipo de produto exportável poderia gerar "lucros". Ou seja, as atividades de subsistência que se instalaram nessa região não seriam mais do que uma 'sombra da economia de exportação', não podendo, por si só, gerar nenhum desenvolvimento econômico significativo. (...), só com a implantação da economia cafeeira a partir da segunda metade do século XIX, a região conheceria novamente algum desenvolvimento. (STMONSEN, 1977, p. 33 *apud* ALMEIDA, 1994, p. 57). "A análise feita por Celso Furtado não é muito diferente da de Simonsen. Para ele, durante o período do 'ciclo da mineração' - excetuando-se uma irrelevante agricultura de subsistência - não se haveria constituído em Minas nenhuma outra forma permanente de atividade econômica. Por conseguinte, com o declínio da mineração, a decadência se processaria rápida e totalmente. (...) Em pouco tempo a economia mineira se desarticulava totalmente, seguindo-se, então um processo de dispersão da população pelas zonas rurais e uma 'involução' para atividades de subsistência com grau mínimo de monetarização." (FURTADO, 1977, p. 86 *apud* ALMEIDA, 1994, p. 57-58).

²³ Ver Martins (1982; 1983) & Slenes (1988) & Libby (1988) & Paiva (1996) & Almeida (1994) & Andrade (1994).

privilegiados em abordagens que trouxeram de volta o interesse por lemas e/ou pelos métodos da História econômica.²⁴

Dois trabalhos pioneiros se destacam, ainda na década de 1970. Kenneth Maxwell e Alcir Lenharo, por exemplo, são alguns dos pesquisadores que nos apresentam a importância do setor mercantil de subsistência como solução para a crise da mineração. Tais autores desmistificaram os “terríveis efeitos” da decadência do ouro, sugerindo que Minas Gerais parece ter absorvido os efeitos da crise quando passou a estabelecer relações comerciais com o Rio de Janeiro, principalmente a partir da chegada da família real e de toda a corte portuguesa nesta cidade.²⁵

Segundo Francisco Eduardo Andrade (1994);

Seguindo o caminho já trilhado por Sérgio Buarque de Holanda, Alcir Lenharo conseguiu identificar aspectos da economia mineira do período pós-predominância da mineração, tais como ruralização das populações mineiras, intenso comércio inter-regionat (envolvendo relações comerciais com o Rio de Janeiro, principalmente após a instalação da Corte Portuguesa em 1808) e diversificação econômica centrada na agricultura de subsistência.²⁶

No entanto, na década de 1980, foi Roberto Martins (1980), quem impulsionou a discussão acerca da “involução” da economia mineira. Em seu estudo, o autor afirma que sempre vigorou em Minas uma economia de caráter mercantil de subsistência, bastante diversificada e voltada para o consumo

²⁴ GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da historiografia sobre Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: *Terço de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1998, p. 19.

²⁵ 1985; 1979 *apud* PAIVA, A. 1996, p. 10 -13.

²⁶ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade, do século XIX*. 1994. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994. p. 2.

local.²⁷ Assim, ao atribuir pouca importância ao setor de exportação, mostrando que a economia mineira era pouco mercantilizada,²⁸ o autor inverte a interpretação tradicional que insistia no vínculo das Minas aos mercados internacionais.

Martins mostra de forma convincente o comportamento dinâmico do “sistema escravista” mineiro. Segundo o autor, Minas Gerais teria sido “um pesado importador líquido de escravos durante a maior parte do século [XIX], possivelmente o maior dentre todas as províncias brasileiras”.²⁹ Martins é taxativo em afirmar que essa grande população servil não era uma herança do *rush* do ouro. Isto quer dizer que tal população não era composta somente por escravos remanescentes daqueles importados da mineração, mas sim o resultado de importações recentes, não induzidas pela atividade mineradora.³⁰

O autor justifica o crescimento da população cativa na província mineira pelo fator *Wakefeld*. Ou seja, pela grande disponibilidade de terras desocupadas e pela presença de um campesinato independente que tinha livre acesso a essas terras. Isso favoreceu a formação de um contingente de mão-de-

²⁷ MARTINS, Roberto B. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10). p.45. Ver também: SLENES Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX- *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18,p. 449-495, set./dez. 1998.

²⁸ “Os Martins chamam a atenção para a existência em Minas de um grande setor camponês que, se não vivia completamente à margem do mercado, produzia principalmente para sua própria subsistência. Por outro lado, eles sugerem que o setor escravista também teria sido menos orientado para a produção mercantil em Minas do que em outras regiões, citando como apoio a esse argumento a alta percentagem de escravos domésticos em Minas (comparada à proporção nas outras províncias) no recenseamento de 1872.” Cf. SLENES, *op.cit.*, p. 451.

²⁹ MARTINS, *op. cit.*,p. 1.

³⁰ *Ibidem*, p. 11.

obra branca e livre, já que os trabalhadores não se submetiam ao trabalho assalariado ou de parceria quando podiam ser proprietários.³¹

Por fim, Martins, caracteriza a economia mineira do século XIX como diversificada internamente, em expansão e com um sistema escravista dinâmico. Ele afirma isto, uma vez que as atividades auxiliares à mineração - principalmente a agricultura e a pecuária - assumiram papéis centrais na economia após a diminuição das jazidas de aluvião. Segundo o autor, esse dinamismo econômico centrado na produção de artigos manufaturados e agropecuários não teria ocorrido caso não fosse acompanhado pela manutenção do plantel de escravos via tráfico de africanos³². Embora a agricultura de subsistência fosse o setor que mais absorvia a força de trabalho escrava, os cativos também eram empregados em outras atividades, tais como agropecuária, artesanato e manufatura.³³

Nesta perspectiva, os autores Vidal Luna e Wilson Cano, concordam com as afirmações de Martins sobre a importância da economia mercantil de subsistência e o emprego da força cativa nas unidades produtivas. No entanto, discordam, no que diz respeito à importação maciça de escravos africanos, tendo em vista o pequeno grau de monetarização que possuía a economia mineira. Em relação ao aumento da população cativa da província, no século XIX, sugerem que teria sido fruto da “reprodução natural” de

³¹ SLENES, *op. cit.*, p. 452.

³² MARTINS, 1982. p. 6-10. “a origem dos escravos entrados na província entre 1819 e 1872, (...) é aferida a partir do pressuposto de que a taxa de crescimento natural da escravaria foi sempre negativa, dentro do intervalo de tempo considerados. Consequentemente, o volume de escravos presentes só poderiam ser o resultado da entrada maciça de africanos”. Cf. PAIVA, A. 1996, p. 13.

³³ MARTINS., *op. cit.*, p. 4-5.

escravos e de “um balanço positivo entre nascimentos e mortes”, haja vista a predominância de condições de trabalho menos duras na agricultura mercantil em comparação com as condições de trabalho da mineração.³⁴

Robert Slenes, apesar de assimilar parte significativa das proposições de Roberto Martins sobre a economia mineira no século XIX, observou a inconsistência de alguns dos aspectos levantados por este para refutar a “visão tradicional” que se tinha de Minas nos oitocentos. Assim sendo, o autor considerou convincentes as estimativas apresentadas por Martins sobre o tráfico internacional de escravos e o dinamismo da economia mineira no século XIX. No entanto, ele questiona como uma economia que era voltada somente para o mercado interno conseguia gerar recursos suficientes para a compra maciça de escravos.³⁵ Desta forma, Slenes discorda da justificativa de Martins quando este argumenta que a abundância de terras teria sido a responsável pela participação de Minas Gerais no comércio de escravos com a África. Pelo contrário, Slenes acredita que as atividades exportadoras constituíram o centro dinâmico da economia mineira, e que foi este setor que possibilitou a grande importação e a utilização crescente de trabalhadores escravos nas unidades produtivas. Segundo Slenes,

Acredito que os Martins subestimam em muito a importância do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só permitiram um grande tráfico de escravos, mas também constituíram o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro dinâmico - e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia - que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século.³⁶

³⁴ LUNA e CANO, 1983, p. 1-14 *apud* SLENES, 1988, p. 453.

³⁵ SLENES, *op.cit.*, p. 452.

³⁶ *Ibidem*, p, 453.

Como se vê, Slenes explica que os recursos gerados na economia de subsistência não seriam suficientes para a importação de um grande número de escravos, caso Minas não tivesse ligações com o setor exportador.³⁷ Isto implica dizer que, Slenes percebeu o duplo papel da economia mineira, na qual havia a correlação do setor interno com o mercado externo.

Outro estudo importante para a compreensão da diversificação econômica e crescimento demográfico da província mineira no século XIX é o de Douglas Libby sobre a transformação e o trabalho na economia escravista de Minas Gerais. Neste estudo o autor questiona como poderia uma economia estagnada manter o maior plantel de escravos de todas as unidades do Império. Segundo Libby, o colapso da mineração nunca chegou a ser completo, apenas as suas atividades deixaram de ocupar papel central na economia e cederam terreno para atividades produtivas diversas que outrora foram secundárias na economia de Minas.³⁸ Por outro lado, Libby estabelece o conceito de “economia em acomodação evolutiva” para descrever as atividades de transformação, tais como siderurgia, indústria têxtil e agropecuária mercantil que coexistiram com a atividade mineradora e absorveram os efeitos da crise da mineração. Uma das principais contribuições deste estudo é que ele mostra a importância econômica das atividades de transformação na província. Longe

³⁷ Em trabalho publicado em 1994, Martins apesar de reafirmar enfaticamente que Minas foi o maior importador líquido de escravos do Império, pelo menos enquanto durou o tráfico atlântico, já admite, diferentemente do que afirmou na década de 1980, a importância do setor exportador na economia mineira. Cf. PAIVA, A. 1996, p. 27.

³⁸ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 48.

de afirmar que as atividades de mineração foram extintas no oitocentos, o autor demonstra categoricamente que a agricultura mercantil de subsistência foi o grande sustentáculo da economia mineira do século XIX. Segundo o autor, foi a agricultura de subsistência mercantilizada que garantiu a permanência do sistema escravista em Minas Gerais após o colapso da mineração.³⁹

Assim, reafirmando a tese sobre a diversificação e dinamismo da economia mineira no século XIX, Libby assinala que o crescimento demográfico da população livre e escrava foi constante neste período, e que o peso da escravidão nesta região não se devia à abundância de terras livres e independência econômica do campesinato como quer Martins, mas a todo um contexto histórico de evolução do regime escravista nas Minas.⁴⁰

Nos anos de 1990, surgem dissertações de mestrado e trabalhos importantes na área da economia mineira de caráter mais regional. Em comum, eles reafirmam a tese da diversificação e do dinamismo da economia mineira, evidenciando que, com o revés do ouro, atividades econômicas diversas se sobrepuseram a da mineração.⁴¹ Esses trabalhos demonstram que a província se adequou à nova realidade, tanto que encontrou nas atividades

³⁹ LIBBY, *op. cit.*, p. 14.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 21.

⁴¹ Segundo Ciotilde Andrade Paiva, as atividades de transformação, dentre elas, “artesanal, manufatureira e fabril eram desenvolvidas em quase toda a Província, apesar de ser mais expressiva em algumas regiões (...). As atividades agropecuárias voltadas para o mercado externo eram bem mais localizadas concentrando-se em parte das regiões O fumo, algodão/tecidos, bovinos/couros/queijos. suínos/toucinhos e cavalos eram os principais gêneros agropecuários exportados.” Cf. PAIVA, A. *op. cit.*, p. 161.

agrícolas, manufatureiras e criatórias - dentre outras - a solução para o dinamismo econômico.

Entre estes trabalhos, pode-se citar o de Clotilde Andrade Paiva. Paiva, utilizando-se das listas nominativas de 1831/1832 pertencentes à província mineira e de relatos de viajantes, buscou conhecer os aspectos demográficos da dinâmica econômica mineira. Assim a autora observa que a agricultura, a pecuária e as atividades de transformações coexistiram e constituíram o principal segmento da economia mineira.⁴² De acordo com Paiva, essas mudanças “se deu sem grandes rupturas, uma vez que a maior parte da população já estava familiarizada com essas atividades e as transferências de mão-de-obra foram se dando sem grandes custos de adaptação”.⁴³

Assim, buscando revelar a complexidade da economia mineira no século XIX, a autora argumenta que:

(...), a riquíssima relação de ocupações simples e compostas contidas no levantamento das listas nominativas de 1831, também aponta para a presença de uma estrutura ocupacional diversificada e complexa. Dentro destas Listas Nominativas existentes para a província de Minas Gerais no ano de 1831 encontramos, também referências a vários tipos de estabelecimentos: fábricas (de aguardente, de ferro, de chapéus, de fumo, de lã, de louças, etc); fazendas de criação, lavoura ou ambos: engenhos (de cana, de serrar);⁴⁴

⁴² *Ibidem.* p. 156-161

⁴³ *Ibidem.* p. 29.

⁴⁴ *Ibidem.* p. 28.

Segundo a autora, parte destes produtos se destinava ao mercado interno e o restante era vendido a locais distantes do território provincial, tais como Rio de Janeiro, Campinas e Sul da Bahia.

Ainda na década de 1990, os trabalhos de Carla Almeida e Francisco Eduardo Andrade, anteriormente citados, abordam os aspectos da economia mineira de forma mais regionalizada. Tendo como pressuposto o questionamento da noção de decadência e involução econômica de Minas Gerais, Carla Almeida (1994) dedicou-se a analisar as unidades produtivas de Mariana entre 1750 a 1850. Utilizando-se de listas nominativas de habitantes, inventários *post-mortem*, livros de registro de aguardentes, Relatórios de presidentes de província, bem como relatos de viajantes estrangeiros, a autora apontou que o declínio da mineração não provocou transformações bruscas ou profundas na economia de Mariana. Em outras palavras, ela chegou à conclusão de que o sistema econômico que se organizou na região desde o século XVIII manteve as mesmas características após o revés da mineração do ouro aluvial.⁴⁷ Almeida assinala que, Mariana conseguiu reagir à crise da produção do ouro quando as atividades mercantis de subsistência se transformaram no eixo central da economia. Segundo a autora:

⁴⁵ *Ibidem*, p. 30-31.

⁴⁶ “O município de Mariana é classificado pela historiografia como pertencente à região denominada metalúrgica - mantiqueira continuou sendo a região mais povoada e urbanizada de Minas no século XIX”. Cf. ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994. p. 49.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 34.

O sistema econômico em funcionamento na região de Mariana entre os anos de 1750 e 1850, desenvolveu uma estratégia de resistência às conjunturas econômicas desfavoráveis que consistiu em uma tendência à diversificação da unidade produtiva visando, não só a uma redução dos custos de reprodução - e, portanto, ao aumento dos lucros -, mas também a uma menor dependência do mercado.⁴⁸

Almeida caracteriza os anos de 1780 a 1810 como período em que Mariana, passava por um processo de “acomodação evolutiva”, ou seja, momento em que as atividades agro-pastoris predominavam e coexistiam lado a lado com a mineração e outras atividades de transformação. Assim, levando em conta a concomitância entre estes setores produtivos e o dinamismo econômico deles derivado, Almeida, afirma que Mariana não apresentaria um quadro de decadência.⁵⁰ Almeida entende que, mais do que uma modificação das estruturas coloniais, o que houve na capitania foi um processo de fortalecimento das unidades produtivas agropecuárias.

Reforçando seus argumentos, a pesquisadora aponta que Mariana já produzia gêneros alimentícios para abastecer a região do Rio de Janeiro muito antes da chegada da Corte Portuguesa em 1808. Todavia, afirma que a presença da Família Real no Brasil intensificou a produção e o comércio de gêneros alimentícios na província mineira e, transformou o Rio de Janeiro no principal pólo receptor desta produção.⁵¹

Dentro desta perspectiva, os estudos de Francisco Eduardo Andrade (1994) referentes ao termo de Mariana (da segunda metade do século

⁴⁸ *Ibidem*, p. 189-190.

⁴⁹ Carla Almeida utiliza este termo “para caracterizar uma economia que não está, *nem num* processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas sim, de rearticulação interna da economia”. Cf. *Ibidem*, p. 94.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 206.

⁵¹ *Ibidem*, p. 96.

XIX) também problematizaram a questão da decadência e estagnação econômica das Minas. Segundo Andrade,

Generaliza-se e intensifica a agricultura e a pecuária em Mariana, e a mineração aurífera torna-se um tanto incipiente no conjunto da economia regional. Mesmo assim, nas primeiras décadas do oitocentos, teremos atividades mineratórias e agrícolas se complementando, num estímulo mútuo, devido às minerações auríferas que ainda se mantinham em alguns lugares como Abre Campo, Capela do Barreto - em 1804-, Antônio Pereira e Catas do Mato Dentro- 1819- 1822(...).⁵²

Trata-se, como se vê, de uma economia dinâmica e centrada nas atividades agropecuárias coexistindo com uma insistente mineração de ouro e pedras preciosas. Consideram-se, ainda, dentre estas atividades diversificadas, os trabalhos artesanais e produção de ferros nas forjas domésticas da região de Mariana.⁵³

De acordo com Andrade, em Mariana sempre existiu uma “acomodação evolutiva da economia”, cujas atividades agropecuárias se desenvolviam em consonância com a mineração. De acordo com ele, “(...) calcula-se que pelo menos 60% do valor das fazendas e sítios correspondiam aos investimentos em escravos e, em segundo lugar, em torno de 22% do valor da unidade agrícola, vinham em terras.”⁵⁴

E prossegue em sua argumentação afirmando que, apesar da diminuição das atividades mineratórias, alguns distritos de Mariana continuaram praticando a mineração e vivendo dos seus rendimentos. Para

⁵² ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Minas nos séculos XVIII e XIX. In.- *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EUFOP, 1998, p.122.

⁵³ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. 1994. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1994. p. 8.

⁵⁴ *Idem.*, 1998, p. 116.

exemplificar este argumento, Andrade mostra que, em Antônio Pereira, a decadência da mineração deve ser relativizada ou repensada, uma vez que ele observou um elevado número de pessoas arroladas na lista nominativa deste distrito exercendo a atividade de mineração, enquanto as pessoas ocupadas nas atividades agrícolas quase nunca aparecem. Neste sentido, Andrade assinalou que a prática das atividades de mineração e agropecuária dependia - e muito - da localização geográfica e das condições ecológicas específicas dos distritos.

Como podemos perceber, a revisão historiográfica que surgiu a partir de 1980 alterou profundamente o entendimento da estrutura e da dinâmica da economia de Minas Gerais no século XIX ao refutar enfaticamente a involução econômica das Minas. Tal historiografia mostrou que esta província se adequou à nova realidade de tal maneira, que encontrou nas atividades agrícolas e manufatureiras - dentre outras - a solução para o dinamismo econômico. Em síntese, podemos constatar que existe um consenso entre os trabalhos recentes - alguns deles mencionados acima - de que a economia e sociedade oitocentista mineira eram predominantemente agrícola e responsável por um dos maiores índices demográficos de população livre e escrava do Brasil. Essas atividades econômicas se voltaram para o abastecimento do mercado, em especial o do Rio de Janeiro, após o estabelecimento da corte em 1808.

Após este ligeiro painel de parte da produção revisionista, que nega a noção de “involução econômica” das Minas, abordaremos, especificamente,

a historiografia mineira que trata das atividades exercidas pelas mulheres nos séculos XVIII e XIX.

2.1-Atividades femininas

O objetivo desse tópico consiste na análise das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelas mulheres no século XVIII e XIX. No tópico anterior, vimos os estudos que abordam a complexidade e dinamismo da economia mineira oitocentista. Veremos o quanto a participação social das mulheres pobres, escravas e forras nas Minas Gerais setecentista e oitocentista exerceu influência na economia destas sociedades. Além disso, mostraremos que a diversidade de ocupações exercidas pelas mulheres⁵⁵ “compreendiam desde as ilícitas, como o comércio ambulante e a prostituição, àquelas permitidas pelas autoridades, sobressaindo-se a fiação e a tecelagem”.⁵⁶

Laura de Mello e Souza, ao se dedicar a estudar o homem livre e pobre na região de Minas Gerais do século XVIII, apontou a existência de um grande contingente de “desclassificados sociais”. Neste estudo a autora indicou que a pobreza era o elemento determinante para a formação destes “desclassificados sociais”. Ela observou que uma parcela significativa de

⁵⁵ Eni Mesquita de Samara, em estudos dedicados à Fortaleza da segunda metade do século XIX, também percebeu uma diversidade de ocupações dentro dos domicílios chefiados por mulheres, das quais destacam-se as lavadeiras, costureiras e meretrizes. “O meretrício era parte integrante do movimento da cidade nessa época, e além das 126 mulheres recenseadas como tal. 6 costureiras. 11 lavadeiras, 1 negociante e 2 tecelãs declararam viver também na prostituição”. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. In: *Revista História*, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993. p. 56.

⁵⁶ GONÇALVES, *op. cit.*, p. 15.

mulheres pobres se prostituía para complementar a renda da família . Mello e Souza assim associa o alto índice de prostitutas à pobreza mineira e, conseqüentemente, às difíceis condições de subsistência que a região oferecia. Segundo a autora, no decorrer de todo o século XVIII, esta atividade foi exercida principalmente pelas forras e escravas, tendo ocorrido muitos casos de mulheres solteiras com filhos chefiando domicílios, as quais procuravam no exercício da prostituição uma renda complementar para sustentar seus lares.⁵⁸

Luciano Figueiredo chamou a atenção, como Mello e Souza, para a proliferação da prostituição entre as mulheres⁵⁹ na sociedade setecentista mineira. Segundo o autor a prostituição “revelaria a medida da pobreza que envolveu as populações livres e despossuídas nos núcleos urbanos ou regiões agrícolas, e também demonstraria o limite extremo que atingiu a exploração sobre a escravidão feminina”.⁶⁰

Assim, o autor quer demonstrar que a prostituição, caracterizada como um delito sexual feminino, representou papel fundamental na manutenção de alguns núcleos domésticos.⁶¹ Nas suas palavras, “a prostituição seria a expressão feminina da pobreza e miséria social dos tempos

⁵⁸ MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 58 *Ibidem*, p. 180-181.

⁵⁹ Paulo Eduardo Teixeira em estudos dedicados a Campinas do século XIX, mostra que muitas mulheres, especialmente as mais pobres e sem amparo familiar, parecem ter encontrado na prostituição um meio para sobreviver. Ainda, embora sem generalizar, o autor observa um certo preconceito nesta sociedade, o qual atrelava as costureiras à prostituição. Cf. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, (SP): Ed. Unicamp, 2004. p. 159 & 196.

⁶⁰ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Aveso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993. p. 75.

⁶¹ *Ibidem*, p. 141.

Coloniais”.⁶² A prática do meretrício chegou inclusive a invadir o tecido familiar, havendo pais que consentiam a prostituição da prole e mães que dividiam o mesmo ofício com as filhas. A concessão de lares para a prática de delitos sexuais e prostituição às vezes tornava-se um meio de sobrevivência de parte da sociedade colonial.

Sem necessariamente se prostituir muitas mulheres, desclassificadas sociais, ao praticar este delito, apenas concediam seus domicílios para encontros amorosos com fins comerciais, ou seja, faziam de seu núcleo doméstico uma “casa de alcouce”.⁶³ Segundo Figueiredo, a prostituição e alcoviteirice na colônia mineira eram exercidas principalmente por muitas mulheres solitárias, chefes de domicílio, ou até mesmo por aquelas que tinha uma família mais estruturada.⁶⁴ Neste sentido, Mello e Souza e Figueiredo, ao mostrar que a prostituição foi a expressão da miséria social da mulher na colônia, traçam um paralelismo entre esta atividade e chefia feminina de domicílios.

No que diz respeito ao comércio nas Minas do ouro, Luciano Figueiredo, por exemplo, assinalou que as famosas “negras de tabuleiro”⁶⁵ - a

⁶² *Ibidem*. p. 75.

⁶³ *Ibidem*, p. 142. Quanto às mulheres que tivessem “casas de alcouce”, estas seriam duramente penalizadas pelas legislações eclesiástica e civil, porque estavam praticando o delito do lenocínio. Cf. SILVA, Marilda Santana da. *Dignidade e transgressão; Mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. Sobre a prática deste “crime”, ver também: LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo; Annablume: FAPESP, 1998. p. 127.

⁶⁴ FIGUEIREDO, *op. cit*, 142.

⁶⁵ “As negras quitandeiras dispunham em tabuleiros doces e comestíveis que vendiam aos mineiros e escravos que trabalhavam nas lavras. Eram por isso, também conhecidas como negras de tabuleiro. Sua zona de ação era constituída pelos ribeiros e morros em que se processavam os trabalhos

maioria eram escravas e libertas que se dedicavam ao comércio ambulante, algumas chegando a ser proprietárias de vendas⁶⁶. Figueiredo notou também a constante a preocupação das autoridades coloniais em colocar as negras de tabuleiro distantes das principais áreas de mineração, lavras, morros ou aluviões. Tais autoridades, acusavam as mesmas pelos desvios do ouro, diamantes, dos jornais dos escravos e por provocarem brigas e conflitos nas áreas de mineração.⁶⁷ Assim, as legislações repressivas as consideravam “(...) agentes da desordem mineira”⁶⁸ dizendo que, em suas vendas⁶⁹ acobertavam frequentemente encontros “(...) furtivos e relações ilícitas, abrigando ainda festas suspeitas, 'batuques', bebedeiras de mestiços e escravos”.⁷⁰ (sic).

A contribuição feminina nas atividades comerciais garantiu o abastecimento de gêneros básicos à população trabalhadora, por sua vez assegurou condições essenciais para a reprodução da economia colonial. Dentre os alimentos mais vendidos pelas negras de tabuleiro nas áreas de

auríferos. Muitas delas parecem ter sido escravas que os donos colocavam no comércio para deste negócio auferirem lucros; outras livres agiam por conta própria, visando à subsistência." Cf. MELLO E SOUZA, *op. cit.*, p 122.

⁶⁶ Os diferentes papéis ocupados pelas mulheres foram estudados pela historiadora Maria Odila Leite da Silva. A autora observou, para a cidade de São Paulo no século XIX, que era no espaço urbano que as mulheres mais pobres, livres, forras e escravas melhor improvisavam a sua sobrevivência. Roceiras e vendedoras perambulavam cotidianamente pelas ruas e principais pontos da cidade, fazendo o comércio clandestino e iludindo o fisco. Muitas dessas mulheres se viam obrigadas a improvisar papéis masculinos, como era o caso de tropeiras que conduziam boiadas e/ ou exerciam papel de vendedoras. Segundo Silva Dias, muitas dessas livres eram brancas empobrecidas, solteiras, solteironas que disfarçavam a sua pobreza sob os mantos de baeta negra, herdados de tempos melhores. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 22 - 58 *passim*

⁶⁷ Silva Dias também observou, para a São Paulo do século XIX, a resistência encontrada por parte dos comerciantes e taverneiros, os quais, sentindo-se prejudicados com o comércio ambulante praticado pelas negras de tabuleiro, procuraram se alinhar às autoridades coloniais para persegui-las com posturas e outras providências que limitassem o acesso das mesmas aos Socais que lhe fizessem concorrência. Cf. *Ibidem*, 1995. p. 22 *et seq*

⁶⁸ FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 10-11.

⁶⁹ Usualmente conhecidas como tavernas.

⁷⁰ FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 10-11.

mineração, se encontravam a cachaça, doces, bolo, mel e outros gêneros básicos.⁷¹

Em “Escravidão e Universo Cultural na colônia”, Eduardo França Paiva traça os complexos laços estabelecidos na sociedade mineira colonial, principalmente no que diz respeito às relações escravistas nela desenvolvidas. A análise intensiva de testamentos e inventários *post-mortem* possibilitou que ele comprovasse que a preservação das heranças culturais africanas foram um dos motivos que levaram a população cativa, principalmente às mulheres, à mobilidade social e econômica.⁷² Por exemplo, França Paiva mostra que o pequeno comércio ambulante é uma tradição feminina em várias regiões da África, e que foi recriado na América portuguesa, sendo o caminho mais fácil para o enriquecimento das mulheres.⁷³ De acordo com o autor, muitas escravas circulavam pelas Minas colonial com enfeites e bens de sua propriedade obtidos através do pequeno comércio de tabuleiro e da prostituição.⁷⁴ Em uma análise geral dos testamentos das forras, observou que:

(...) os bens materiais declarados tinham sido adquiridos por elas individualmente ou através do trabalho diversificado de seus escravos., muitos deles eram de ganho, em vendas de secos e molhados, no comércio ambulante feito com tabuleiros, balaios e instrumentos similares, nas faisqueiras e catas de ouro ou, ainda, a partir do aluguel dos cativos.⁷⁵

⁷¹ *Ibidem*, p. 42.

⁷² PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716 - 1789*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001. p. 21. Ver também: FARIA, Sheila de Castro. *Mulher e Herança Africana: um ensaio*. In: *Questões e debates*. Curitiba, n. 30, 1999, p. 227 - 244 *passim*

⁷³ PAIVA, E. op. cit, p. 21.

⁷⁴ França Paiva, ao analisar o testamento de Bárbara de Oliveira, ex-escrava, moradora na vila de Sabará, em 1766, levantou a hipótese de que essa "mais rica testadora ex-escrava arrolada (...) enriquecera, portanto, dentro de uma casa de alouce, administrando-a ou, ela também, junto com suas escravas, ocupando as alcovas para encontros efêmeros e remunerados". Cf. *Ibidem*. p. 152.

⁷⁵ *Ibidem*, p.146.

Assim, os trabalhos de Mello e Souza e Figueiredo juntamente com os de França Paiva se ocuparam de personagens até então negligenciados pela historiografia - mulheres pobres, escravas e forras - que exerceram ocupações variadas, tais como, vendedoras (principalmente de gêneros alimentícios), costureiras, fiandeiras, prostituição em busca de sobrevivência nas Minas Gerais setecentista.

Dentro deste contexto se situam os estudos relativos ao século XIX que abordam as diversidades de ocupações desenvolvidas pelas mulheres mineiras ⁷⁶. No livro “Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX”, Douglas Libby, preocupado em descrever a complexidade e o dinamismo da economia mineira neste século, chamou a atenção para o impacto que as atividades femininas tinham provocado. Para Libby, a produção doméstica de fios constitui uma das principais atividades de transformação durante boa parte do século XIX, e foi por meio delas que muitas mulheres obtiveram recursos para o sustento do seu lar. ⁷⁷

Ao analisar o mapa de população correspondente ao período de 1831 -1840, observou que na Zona Metalúrgica - Mantiqueira, onde se localiza Mariana, mais de 50% das mulheres livres se ocupavam das atividades do

⁷⁶ Paulo Eduardo Teixeira observou para Campinas no ano de 1829 que as mulheres exerciam diversas atividades. tais como agricultoras, costureiras, vendedoras de produtos de subsistência e muitos outros negócios. Entretanto, a costura era o principal ramo de ocupação feminina, sendo que as solteiras predominavam nesta atividade. Ele observou ainda que a maioria era pobre, pois poucas eram aquelas que tinham escravos em seus domicílios. Cf. TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, (SP): Ed. Unicamp, 2004.

⁷⁷ LIBBY, LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 14-17.

setor têxtil, dentre elas, fiandeiras, tecelãs, rendeiras e costureiras. Na visão do autor, a participação de um número significativo de mulheres e meninas na produção doméstica de fios chegou a superar “numericamente qualquer outra categoria profissional”, isto contribuiu para a construção de uma indústria têxtil nas Minas oitocentista. Libby afirma ainda que “não se tratava de uma atividade reservada apenas a pobreza mineira da época”⁸⁰, pois encontrou nos mapas de população, mulheres abastadas ocupadas no setor têxtil.

Ida Lewkowicz reafirma a representatividade das atividades têxteis em Mariana - com mão-de-obra feminina predominante. Diferentemente de Libby, a autora chamou a atenção para o fato de que, tais atividades eram exercidas basicamente por mulheres solteiras e pobres.⁸¹

As "donas" brancas que cosiam, fiavam e teciam eram geralmente mulheres de menores posses e também de menor qualificação social, realmente em sua maioria, mulheres livres, mas um grupo composto por pardas e crioulas forras.⁸² (Sic)

Já os dados levantados por Almeida são bastante consistentes, e relativizam a importância da mão-de-obra feminina no setor têxtil de Mariana no século XIX.

Pela lista nominativa de Catas Altas, constatamos que 34,4% dos chefes de domicílio deste distrito se dedicavam a algum tipo de atividade ligada à indústria têxtil (de 352 chefes do domicílio, 74 eram fiandeiras, 13 tecedeiras, 2 rendeiras, 15 costureiras e 17 alfaiates). Portanto, a “indústria têxtil” era já neste momento bastante significativa no contexto da economia mineira.⁸³

⁷⁸ *Ibidem*, p. 187-196.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 197.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 198.

⁸¹ LEWKOWICS, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 95.

⁸² *Ibidem*, p. 88.

⁸³ ALMEIDA, 1994. p. 92.

Ainda dentro do quadro das atividades desenvolvidas pelas mulheres em Mariana, Andrade reafirma que as mulheres livres e escravas se encontravam desenvolvendo atividades em rocas e teares rudimentares, tecendo e fiando algodão para uso familiar e para fins comerciais.

Em 1804, nas povoações de Furquim e São Caetano, a maioria das mulheres, segundo as relações nominais de habitantes, estavam ocupadas com a fiação e a tecelagem de algodão. O mesmo peso deste trabalho feminino encontramos no início da década de 1820, nas freguesias de Furquim e Catas Altas do Mato Dentro. Nesta última, na área urbana e fora dela, a maioria das pessoas livres trabalhavam no artesanato - 560 indivíduos -, sendo que, neste setor, predominavam as mulheres ligadas ao trabalho de produção têxtil - 223 costureiras, 191 fiandeiras e 47 tecedeiras.⁸⁴

Francisco Eduardo Andrade, observa também complexas atividades exercidas pelas mulheres nos sítios e fazendas deste município,

(...), especialmente as mulheres livres - esposas, filhas, agregadas -, com suas escravas ou não, e sobretudo aquelas de poucas posses, dividiam a lida cotidiana doméstica entre cozinhar, lavar, fiar, tecer, costurar, cuidar dos pequenos animais (galinhas e porcos) e da horta, trabalhar no beneficiamento de gêneros agrícolas. Mas, certamente, a fiação e a tecelagem se destacavam, devido aos rendimentos que auferia ao grupo familiar⁸⁵

Neste capítulo pudemos concluir que, sem dúvida, as mulheres contribuíram para o dinamismo e complexidade da economia mineira nos séculos XVIII e XIX. Vimos que Laura de Mello e Souza e Figueiredo apontam que a pobreza teria modelado as atividades femininas no ambiente das Minas setecentista. De tal forma, que muitas mulheres encontraram na prostituição uma alternativa para sustentar seus lares. Outro ramo de atividade que ocupou um grande número de mulheres foi o pequeno comércio. França Paiva, inclusive apontou que muitas ex-escravas alcançaram mobilidade social

⁸⁴ ANDRADE, F. 1998, P. 116.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 125.

e econômica na sociedade mineira através dos lucros obtidos neste comércio de tabuleiros. Ao analisarmos o século XIX - no que diz respeito às atividades femininas - tentamos dar destaque para o setor têxtil, como um dos principais ramos de trabalho exercido pelas mulheres na colônia.

Depois de nos preocuparmos em evidenciar o papel ativo das mulheres no passado, caminhamos para a historiografia que reelabora o conceito de família no Brasil e que constata a diversidade de estruturas familiares e os diferentes comportamentos das mulheres nas sociedades dos séculos XVIII e XIX.

CAPITULO 3: A família na Historiografia Brasileira

Este capítulo tem como objetivo expor um balanço dos principais e atuais trabalhos e questionamentos sobre a história da família no Brasil, dando ênfase aos que abordam a chefia feminina de domicílios, especificamente para Minas e São Paulo coloniais.

A partir de 1980, a historiografia sobre família brasileira passou a utilizar técnicas e métodos da Demografia Histórica e de demais ciências afins, tais como Sociologia e Antropologia. Dessa interdisciplinaridade surgem análises que criticam a generalização da estrutura familiar patriarcal para toda a sociedade brasileira, evidenciando a diversidade de estruturas familiares e domiciliares existentes no Brasil. Segundo Flávio Motta:

Essa diversidade pode ser tratada, em essência, de duas formas distintas. De um lado, na medida em que se identificou a família patriarcal com a família extensa, isto é, com as estruturas domiciliares mais complexas, verificou-se que, em muitos casos, a família patriarcal teve de fato pouca expressão. De outro, evidenciou-se também que a presença de famílias extensas não era prerrogativa exclusiva dos segmentos de elite, nos quais conformava o binômio característico Casa grande/ senzala; ao contrário havia domicílios complexos em distintos grupamentos sócio-econômicos.⁸⁶

Os estudos de Mariza Corrêa (1993) também se situam nesta perspectiva que contesta a visão de uma família extensa e de caráter paternalista, predominante no Brasil Colônia. Assim defende que a vida familiar colonial era marcada pela diversidade de padrões no que diz respeito à organização familiar. Segundo ela, Gilberto Freyre e Antônio Cândido:

(...) parecem compartilhar a ilusão de que o estudo da forma de organização familiar do grupo dominante, ou de um grupo numa

⁸⁶ MOTTA, José Flávio. Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDAS, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil - Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 477- 478.

determinada época e lugar, possa substituir à história das formas de organização familiar da sociedade brasileira ⁸⁷.

Para Corrêa, Cândido e Freyre ignoraram todas e quaisquer diferenças regionais e temporais, e acabaram encaixando a nossa história nos limites estreitos do engenho de açúcar ou da fazenda de café. Tais idéias, de certa forma, provocaram uma homogeneização entre a família da elite e as demais composições familiares da colônia.⁸⁸ Embora Freyre tenha reconhecido outras formas de família:

(...) o familismo no Brasil compreendeu não só o patriarcado dominante -e formalmente ortodoxo do ponto de vista católico - romano como outras formas de família: **patriarcais, semipatriarcais e mesmo anípatríaricais.** (...) E do ponto de vista sociológico, lemos que reconhecer o fato de que desde os dias coloniais vêm se mantendo no Brasil, e condicionando sua formação, formas de organizações de famílias **extrapatriarcais, extracatólicas** que o sociólogo não tem, entretanto, o direito de confundir com prostituição ou promiscuidade.⁸⁹ (Grifos nossos)

acaba reconhecendo a “grande família” como a família extensa constituída do casal, da prole, dos parentes, dos agregados e escravos. A família assim estruturada teria proporcionado condições para a organização da sociedade brasileira.⁹⁰

Corrêa, por sua vez, enfatizou que:

(...) a família patriarcal pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira.⁹¹

⁸⁷ CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: ----- (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 19. *Ibidem*, p. 15 et seq

⁸⁹ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 47. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 130.

⁹⁰ COSTA, Dora Izabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo - 1829. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 11, 1998, Caxambu, (MG). *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 4

⁹¹ CORRÊA, *op. cit.* p. 27.

Corrêa coloca num mesmo patamar a importância assumida pela família patriarcal e as demais formas de organização de família. Neste sentido, a autora não nega completamente a existência do modelo patriarcal de família, apenas frisa que não se pode dizer que todos os aspectos relacionados a vida econômica, social e política do Brasil Colônia estejam centralizados na casa grande.⁹²

Essa proposta de estudo de Corrêa é reafirmada por Eni Mesquita de Samara (1999) que mostra, com relação ao nordeste açucareiro, que a divisão em duas categorias sociais - senhores e escravos - escondia a existência de grupos de indivíduos intermediários que são importantes para compreender a complexidade social do nordeste.⁹³ Segundo Samara (1999), se havia uma “família patriarcal” que abarcava muito além da unidade doméstica, englobando agregados de diferentes estratos sociais, havia também outras formas de família.

Neste sentido, Samara e Corrêa percebem claramente que as variáveis “raça e classe”,⁹⁴ bem como as “mudanças e continuidades estabelecidas ao longo do tempo em regiões e sistemas econômicos distintos”,⁹⁵ são importantes para se compreender a história da família no Brasil.

⁹² *Ibidem*, p. 25.

⁹³ SAMARA, 1999, p. 11.

⁹⁴ *Idem*, 2003, p. 43.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 38.

Segundo Samara, “a família é sempre lembrada na História do Brasil como a instituição que moldou os padrões de colonização e ditou as normas de conduta e relações sociais desde o período colonial”.⁹⁶ A família sob as regras do matrimônio, portanto, seria a garantia mais segura para resolver os problemas da povoação da colônia.⁹⁷

Tais argumentos podem ser observados nas palavras de Freyre (2003):

A família, não o indivíduo, nem tão pouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.⁹⁸

Um exemplo dessa política colonizadora pode ser visualizado nos estudos de Maria Beatriz Nizza da Silva (1984) sobre o sistema de casamentos no Brasil colonial, os quais nos mostra que, durante todo o século XVIII, os governantes das Minas preocupavam-se com a falta de mulheres para promover o casamento das elites locais⁹⁹. Entretanto, o mercado matrimonial era restrito para a maioria das mulheres, sendo que eram raras as mulheres brancas e em grande número as pardas, negras livres, forras e escravas.

Assim a família pode ser vista como uma instituição que moldava e exercia o controle da população, uma vez que

muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada - é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada se originam ou convergem. Podemos ir mais além e afirmar que a

⁹⁶ *Ibidem*, p. 14.

⁹⁷ TEIXEIRA, 2004, p. 47.

⁹⁸ FREIRE, 2003, p. 81.

⁹⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1984. p. 43.

família confere ao indivíduo estabilidade ou movimento, influenciando no status e na classificação social.¹⁰⁰

Segundo Nizza da Silva, “as autoridades civis relacionavam o aumento da população, tão necessário ao Brasil, com o aumento dos casamentos, o que era um sofisma, pois a população também aumentava com as uniões ‘segundo a lei da natureza’”.¹⁰¹

Em consonância com os argumentos acima citados, Luciano Figueiredo assinala que às normas estabelecidas pela metrópole,

Cabia disciplinar não apenas os papéis sociais, mas também os afetos e o uso do corpo. No entanto, a vida cotidiana das comunidades mineiras pareceu resistir a tanta coerência. Mesmo perseguidas por múltiplos instrumentos punitivos que, com ferocidade singular, condenavam suas relações extraconjugais, as populações insistiam no seu próprio modo de vida familiar.¹⁰²

De acordo com Ida Lewkowicz (1993), a população mineira demonstrava ter apreço pelo casamento, embora, houvesse uma altíssima taxa de celibatários nas Minas. Porém, isso se devia a circunstâncias econômicas e sociais, e, talvez, a um padrão cultural que facilitava a uniões esporádicas da população. A autora mostra, por exemplo, que um dos motivos que afastou a maior parte das pessoas do sacramento do matrimônio foi a desigualdade numérica entre os sexos. Segundo ela, tal desigualdade teve início nos

¹⁰⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no período colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 185.

¹⁰¹ SILVA, M. *op. cit.*, p. 50.

¹⁰² FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.), RASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 167.

primeiros anos da ocupação de Minas Gerais, onde o deslocamento de homens para a região das Minas foi superior ao de mulheres.¹⁰³

Lewkowicz assinala ainda que, no século XVIII, o sistema escravista ao favorecer o sexo feminino na obtenção da alforria ocasionou um desequilíbrio entre os sexos. Com isso, a dificuldade para se casar, aspecto comum para toda a sociedade colonial, se tornou maior para os negros. Uma vez que a maioria da população ao procurar se relacionar homogamicamente, diminuía as chances dos negros de encontrarem um parceiro ideal.¹⁰⁴

Lewkowicz (1989) não descarta a hipótese de que, os relacionamentos instáveis podem ser vistos como uma atitude de resistência de alguns escravos e libertos contra a sociedade que os oprimia; cativos e descendentes evitavam seguir as normas estabelecidas pelas autoridades coloniais, vivendo em uniões consensuais e passageiras que foram responsáveis pelo alto índice de ilegitimidade.¹⁰⁵

Vale ressaltar que não devemos desconsiderar outros motivos responsáveis pelo baixo número de casamentos, tais como opção de algumas mulheres escravas e forras a se manterem solteiras. Segundo Sheila de Castro Faria, as tradições e costumes da África, por exemplo, podem ser um dos

¹⁰³ LEWKOWICZ, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais de História e estudos históricos*. São Paulo, Unesp, n. 12, p. 13-28, 1993.

¹⁰⁴ LEWKOWICZ, Ida. Herança em Relações Familiares / Os Pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 9 . n. 17. set.1988/fev 1989. p. 114.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 103.

fatores que contribuíram para que muitas destas mulheres optassem pelo não casamento.¹⁰⁶

No caso específico de São João del Rei, Silvia Brugger (2000), por sua vez, argumenta que não são os impedimentos financeiros, burocráticos ou sociais os responsáveis pelo comportamento conjugal da população, entre os séculos XVIII e XIX, mas projetos de vida diferentes de homens e mulheres que não necessariamente passavam pelo casamento. Isto se explica, pois, não faltariam recursos para a realização do matrimônio, uma vez que a Igreja procurava facilitar o acesso dos mais pobres a uma família legal, dispensando-os dos empecilhos burocráticos e financeiros, desde que apresentassem testemunhas que comprovassem o seu estado livre de solteiro e documentos atestando seu estado de pobreza.¹⁰⁷

Fica claro assim, que a história da família e do casamento no Brasil a partir dos avanços da demografia histórica vêm questionando a organização familiar patriarcal e as estratégias de casamento da elite como modelos únicos para toda a sociedade brasileira. Por fim, no próximo capítulo, procuramos expor alguns aspectos das produções de demógrafos historiadores que abordam a chefia feminina de domicílios.

¹⁰⁶ FARIA, 1999, p. 240-241.

¹⁰⁷ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730 - 1850). In: *Anais do LX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 2000. p. 58.

2.1 Mulheres chefes de família

Diversos estudos dedicados à estrutura da família brasileira no período colonial mostram a representatividade da mulher como chefe de fogo, fosse ela pertencente à elite ou mesmo à parcela mais pobre da população.

Dentre esses estudos estão, por exemplo, os de Eni Mesquita de Samara¹⁰⁸ (2003), dedicados à sociedade paulista do século XIX. Samara percebeu uma multiplicidade de organizações familiares nessa região, onde um terço dos chefes de domicílio era do sexo feminino. Segundo ela, “famílias extensas, compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados na forma concebida pela literatura não foram, portanto, o tipo predominante, não chegando a 30% do total de domicílios”.¹⁰⁹ Nestes vários tipos de organização familiar, observa mulheres solitárias, solteiras, viúvas ou mulheres com mandos ausentes, lutando pela sobrevivência e chefiando famílias. Segundo ela, em 1836, as mulheres chefes de família de São Paulo, “representavam 1/3 dos domicílios, mais precisamente 36,8% do total de fogos registrados no censo”.¹¹⁰

Ainda sobre a pluralidade de arranjos familiares, Dora Isabel da Costa Paiva (1998), percebeu, na região de Campinas, a partir de 1829, um aumento da chefia feminina de domicílios, encontrando uma proporção de 23% do total dos domicílios: as viúvas exerciam a chefia de 59% deles, em

¹⁰⁸ SAMARA, 2003. p. 38.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 40.

¹¹⁰ SAMARA, Eni de Mesquita. A Famílias e domicílio em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 175.

seguida, vinham as solteiras, 30%, e aquelas com maridos ausentes, 11%.¹¹¹ Paulo Eduardo Teixeira ratifica (2004) os argumentos de Costa Paiva ao argumentar que, neste período, a chefia feminina em domicílios chegou a compreender quase um quarto do total dos domicílios em Campinas. Segundo ele, neste momento, 1829, o desenvolvimento econômico de Campinas, com base na agricultura de exportação, havia atingido o seu ápice. Vale salientar que isto difere de outros trabalhos, os quais nos mostram que, é em períodos de crises econômicas que aparece um maior número de chefia feminina.¹¹²

Teixeira e Costa Paiva ao observar o estado conjugal dos chefes de domicílio, conclui que as mulheres tornavam-se chefes principalmente quando ocorria a morte dos mandos. Assim, em Campinas as viúvas predominavam como chefes de família, resultado este diferente daqueles encontrados para outras áreas do Brasil, onde as solteiras eram predominantes.¹¹³

José Luiz de Freitas (1986), ao estudar as estruturas fundiárias de Jundiaí do século XIX, também observou que, dentre os domicílios encabeçados por mulheres, as viúvas predominavam. O autor ainda percebeu que no meio rural havia um pequeno número de domicílios solitários e de mulheres chefes de domicílio se comparado com os do meio urbano. Esta pequena proporção de chefatura feminina no meio rural, de acordo com

¹¹¹ COSTA, Dora Izabel Paiva da. “As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo – 1829”. In; *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 11, 1998, Caxambu, (MG). Anais, Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 50- 61.

¹¹² TEIXEIRA, 2004, p. 253; ver RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 154 -163.

¹¹³ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 101; RAMOS, *op. cit.*, p. 154 -163; SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. In; *Revista História*, São Paulo, v.12, p. 49-61, 1993.

Freitas, poderia estar no fato de que, muitas mulheres deveriam estar agregadas a outros domicílios chefiados por parentes ou mesmo pudessem ter emigrado para as áreas urbanas.¹¹⁴ Percebemos, assim, que a chefia de unidades domésticas parece ter sido mais comum na área urbana, pois a mulher sozinha com filhos, teria maiores dificuldades para sobreviver em área rural.¹¹⁵ Complementando esta perspectiva, Sheila de Castro Faria (1998) assinala que ter acesso à família era condição fundamental para a sobrevivência nas áreas agrárias.

A atividade agrícola pressupõe uma unidade doméstica mais complexa do que a necessária em áreas urbanas e os laços consanguíneos e rituais têm um papel de destaque na organização econômico-social do mundo agrário, principalmente em relação à criação de filhos.¹¹⁶

Donald Ramos (1989) também chama a atenção para o elevado número de domicílios chefiados por mulheres em Vila Rica entre 1754 a 1838, fase da passagem do predomínio da atividade mineradora para a agrícola.¹¹⁷ Segundo Ramos, a emigração da população masculina em busca de melhores oportunidades de trabalho nas zonas de fronteira agrícola, a alta percentagem da população feminina e as exigências burocráticas e financeiras da Igreja para se casar, propiciou a formação de domicílios chefiados por mulheres. “A transição econômica que ocorreu afetou todos os setores da sociedade, desde a

¹¹⁴ FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero. (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 238.

¹¹⁵ FARIA, 1998, p. 156.

¹¹⁶ *Ibidem*, loc. cit.

¹¹⁷ RAMOS, 1989, p. 154-163.

elite ao recém-chegado escravo africano, e essa transição representa o contexto para o exame da família sustentada pela mulher”.¹¹⁸

Através da análise feita nos registros paroquiais de batismo do século XVIII, nos quais encontrou alto número de crianças ilegítimas, Ramos evidencia o significativo número de mulheres solteiras chefes de domicílio deste período. O autor também observou a representatividade de chefias femininas no século XIX. No entanto, não foi necessário utilizar os registros de batismo como fizera para o século XVIII, uma vez que os censos populacionais de 1804 e 1838 já arrolavam tais chefias.¹¹⁹

(...) em 1804, três quartos completos da população adulta livre era solteira. Destas mulheres adultas, 764 sustentavam sua própria família - número este que representa 45% de todas as famílias. Em 1838, (...) as mulheres abrangiam 57,1% da população livre. Destas mulheres, apenas 26,8% tinham sido casadas; o número cresce para 35,4% para as mulheres adultas acima da idade legal de casamento, doze anos. Assim, em 1838 dois terços das mulheres não eram casadas. Destas mulheres, 293 sustentavam sua própria família - 40,3% de todas as famílias.¹²⁰

Donald Ramos, verificou que as mães solteiras tinham em média, menos filhos que as casadas e que viviam em fogos menores. O autor argumenta que isto é uma indicação de que as solteiras pertenciam a uma classe sócio-econômica mais baixa do que as casadas. Segundo ele, tanto na área urbana de Ouro Preto como na área rural de Cachoeira, as mães solteiras não tinham habilidades para sustentar famílias grandes, por isto, as mesmas

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 155.

¹¹⁹ *Ibidem*, loc. cit.

¹²⁰ *Ibidem*, loc. cit.

chefiavam fogos menores do que aqueles domicílios das mulheres que são ou foram casadas¹²¹.

Ainda no que se refere aos domicílios chefiados por mulheres na área urbana, Silvia Brugger (2000) observou para a Vila de São João del Rei, nos séculos XVIII e XIX, que na maioria deles predominavam as solteiras (58,57%). Já nos demais distritos desta localidade, “(...) as chefes de domicílio eram principalmente, viúvas (54,71%) e apenas 36,47% eram solteiras”.¹²² Brugger ratifica as abordagens que mostram que as mulheres solteiras encontravam meios mais propícios para garantir a sua sobrevivência na área urbana.

De modo análogo, por sua vez, Ida Lewkowicz (1992), também observa a presença marcante de famílias encabeçadas por mulheres na região de Mariana para o ano de 1819, percebendo que a tendência prevalecente era a formação de domicílios simples¹²³ ou singulares como padrão dominante. Assim, dentro desta estrutura domiciliar encontra um significativo número de solteiros chefes de domicílios e também de viúvas e mulheres solteiras, muitas das quais, não tinham filhos. Observamos também que foram poucas

¹²¹ *Ibidem*. p. 160.

¹²² BRUGGER, 2000. p. 49.

¹²³ O termo “simples” se refere aos domicílios compostos por casais, casais com filhos, e homens ou mulheres - solteiros ou viúvos - com filhos. Essa conceituação está vinculada ao quadro teórico de Iraci del Nero da Costa, quando realizou diversos trabalhos com os censos de Minas Gerais. Cf. TEIXEIRA, 2004, p. 99.

¹²⁴ LEWKOWICZ, 1992, p. 140,

entre estas, as que contaram com a cooperação de algum homem para o seu sustento e de sua família.¹²⁵

Seguindo esta linha de raciocínio, enfim destacamos a contribuição dos trabalhos de Cristiane Viegas de Andrade (2001) sobre a estrutura demográfica da província de Minas Gerais no século XIX.¹²⁶ Andrade, ao realizar uma pesquisa quantitativa sobre a chefia de domicílios em Minas Gerais no século XIX observou que, quanto à alta porcentagem de domicílios chefiados por mulheres solteiras, pode se inferir que em tais fogos viviam mulheres amancebadas/ “abandonadas”, ou mesmo aquelas casadas que tiveram seus cônjuges afastados pela necessidade econômica, muitos deles tendo que emigrar para outras localidades em busca de trabalho. Segundo ela, “enquanto os homens se apresentavam majoritariamente no estado de casado (82,39%), as mulheres chefes são, em maior parte, solteiras (49,99%) e viúvas (40,72%)”.¹²⁷

A mesma autora, observou ainda, que no total de mulheres chefes de domicílio, as mestiças, 51,75%, predominavam sobre as brancas, 28,70%. O estudo também mostra, 16,78% de crioulas e 2,77% de africanas como chefes. Já no que diz respeito aos domicílios “solitários” quantificou-se um total de 21,39% pertencentes às mulheres e apenas 8% para os homens.¹²⁸

¹²⁵ *Ibidem*

¹²⁶ ANDRADE, Cristiana Viegas de. Domicílios mineiros oitocentistas; Caracterização segundo o sexo da chefia. In: BOTELHO, Tarcísio R. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh, 2001, p. 86.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 71.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 75 - 76.

Esse fenômeno é bem interessante, pois confirmam os estudos de Donald Ramos sobre a chefia feminina de domicílios em Vila Rica nos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, difere dos estudos de Samara dedicados à área urbana de São Paulo do Século XIX, onde 64,9 % das mulheres chefes eram brancas, 28% mulatas e 6% pretas.¹²⁹

Enfim é importante sublinhar que a abordagem do tema da família, no âmbito da chefia feminina de domicílios no século XVIII e XIX, é fundamental para se compreender a questão da ilegitimidade. Neste sentido, no próximo tópico abordaremos algumas considerações sobre a historiografia que enfoca a importância e o significado social dos ilegítimos nestes séculos.

3.2 Ilegitimidade: fruto da “fragilidade humana”

As novas abordagens da história da família mostram que as crianças ilegítimas¹³⁰ e abandonadas constituíram-se em um fenômeno característico da sociedade brasileira desde o início da colonização. Este fenômeno é resultado das práticas cotidianas, vivenciadas pela população, que não se ajustava aos discursos da Igreja e do Estado.¹³¹ Como já foi dito, as normas eclesiásticas e civis enfatizavam a importância do sacramento do matrimônio para a legitimação da prole. No entanto, tais normas tiveram que

¹²⁹ SAMARA, Em Mesquita de. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. Marco Zero, Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989. p. 38.

¹³⁰ A existência ou não de impedimentos matrimoniais entre os pais determinava a categoria da filiação. Distingua-se, portanto, em legítimos, aqueles gerados de casamento legal entre os pais; e os nascidos de união ilegítima: os naturais, oriundos do concubinato ou ligações consensuais; espúrios, nascidos de união ilegítima (incestuosos, adulterinos) entre indivíduos com algum impedimento para contrair futuras núpcias. Cf. LOPES, 1998. p. 76.

¹³¹ PERARO, Maria Adenir. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38, 1999. p. 58.

ser burladas pela maioria da população para a quais, “a falta de pretendentes de condição ideal; o alto custo e a burocracia do processo matrimonial: a extrema pobreza de grande parte da população”,¹³² tornaram-se entraves à generalização do casamento.

Pode-se dizer, seguindo as palavras de Eliane Cristina Lopes (1998), que, devido a esses impedimentos, vários tipos de relacionamentos iam sendo formados fora dos padrões estabelecidos pela Igreja, com isso, os casamentos difundiam-se cada vez menos na colônia.

Qualquer que fosse a natureza - *natural* ou *espúria* -, a prole ilícita aparecia como resultado das várias formas que a população encontrava para burlar as regras e os impedimentos legais, norteadores das relações sociais. Assim, o ilegítimo surgia, na "fragilidade humana" ou na "fraqueza da carne", como afronta ao sistema matrimonial, cercado por determinações e proibições, que nem sempre podiam ser seguidas pelo desejo carnal ou sentimentos do coração.¹³³

Silvia Brugger (2000) , em estudos dedicados a São João del Rei, entre os anos de 1750 a 1850, assinala o predomínio das relações ilícitas nesta localidade. Entretanto, observa índices de legitimidade entre a população livre relativamente altos, que oscilam entre 50 a 60% dos batizados. Segundo ela, constata-se, portanto, que os nascimentos provenientes das uniões ilícitas em comparação com aqueles gerados dentro do casamento sempre foram minoritários, possivelmente aí se explica o grande percentual de crianças legítimas em São João del Rei.¹³⁴ Além disso, também observa que, “os nascimentos de ilegítimos são mais frequentes entre a população cativa e forra,

¹³² LOPES, *op. cit.*, p. 114.

¹³³ *Ibidem*, p. 73.

¹³⁴ BRUGGER, 2000, p. 40-41.

mas os livres, os filhos de uniões sacramentadas pela Igreja aparecem de maneira mais expressiva”.¹³⁵

No que diz respeito à relação entre a exposição de crianças e o fenômeno da ilegitimidade, Renato Pinto Venâncio (1999)¹³⁶, em seus estudos sobre o abandono de crianças nas Santas Casas de Misericórdia da cidade de Salvador e Rio Janeiro, não observou um paralelismo entre a ilegitimidade e a prática do abandono. Assim, ao buscar reconstituir “o universo das motivações que levavam pais, mães, tios, padrinhos e avós a recorrerem à roda dos expostos”,¹³⁷ o autor aponta que, a prática do abandono estava vinculada “(...) a situações de ‘crise’ nas unidades domésticas”.¹³⁸ Venâncio levanta hipóteses de que, tais “crises”, aspecto comum das sociedades coloniais, estavam diretamente relacionadas às variáveis: miséria, eventual morte dos pais das crianças e a condenação social e moral em torno do nascimento de ilegítimos.¹³⁹ Segundo ele, o abandono resultava mais da miséria e indignância do que da condenação moral, mesmo porque a “mãe solteira ou concubinada acabou sendo um personagem aceito no meio urbano” (sic)¹⁴⁰.

Dessa forma, Venâncio acredita que o gesto de procurar a Roda não pode ser encarado como falta de responsabilidade ou um sinal de desamor

¹³⁵ *Ibidem*, p. 44.

¹³⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador- séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999. p. 13.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 13.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 37.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 85.

¹⁴⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. In: *Revista História (UNESP)*, v. 14, 1995, p. 164.

das mães, pois as mesmas somente recorriam à Casa da Roda¹⁴¹ nos momentos de dificuldades econômicas. Embora considere que a pobreza isoladamente não possa explicar a exposição de crianças, Venâncio, não encontra correspondência nos seus estudos entre bastardia e abandono. Segundo ele:

(...) a questão não é saber se houve ou não filhos ilegítimos abandonados por razões morais, mas sim, conhecer a amplitude do fenômeno no movimento geral das matrículas da Casa da Roda. Se o papel da instituição era acobertar os bastardos, a tendência seria o aumento do número de matrículas ser acompanhado da diminuição da frequência de filhos ilegítimos no registro paroquial. A mãe não assumia o bastardo, enviava-o ao auxílio hospitalar, onde a criança se misturava aos legítimos e aos órfãos assistidos.¹⁴²

As explicações do autor são reafirmadas por Brugger (2000), que também não observa para São João del Rei, no século XIX, este paralelismo. Segundo ela, parece precipitado considerar os enfeitamentos como apenas indicativos de relações ilícitas, pois observa que, a partir de 1830, depois da criação da Casa de Roda nesta região, o número de expostos declinou de maneira acentuada.¹⁴³

Para Sheila de Castro Faria (1998) a exposição é um fator importante na alteração dos índices de legitimidade.

....a exposição de crianças representava a própria manutenção da estabilidade familiar ou, melhor dizendo, da moralidade familiar. Para os mais ricos, esconder filhos naturais ou adulterinos poderia significar manter a herança dentro da legalidade e da moral católica. Abandonar filhos indesejáveis permitia às pessoas solteiras voltarem sem empecilhos ao mercado matrimonial.¹⁴⁴

Vemos assim, que a autora estabelece uma relação entre abandono e ilegitimidade, no entanto, no que se diz respeito às áreas rurais, acha pouco

¹⁴¹ A Casa da Roda funcionou como um orfanato em uma sociedade que não dispunha de orfanatos para os recém-nascidos. Cf. *Ibidem*, p. 168.

¹⁴² *Ibidem*, p. 87.

¹⁴³ BRUGGER, 2000. p. 56.

¹⁴⁴ FÁRIA, 1998. p. 71.

provável que casais pobres, no campo, tenham expostos seus filhos, sendo que tais crianças futuramente poderiam representar mão-de-obra para a lavoura de subsistência. Em seus estudos para a sociedade de Campos dos Goitacases, no século XVIII e XIX, a autora demonstra que a família e as ligações matrimoniais eram fundamentais para o funcionamento e reprodução das unidades agrárias produtivas.¹⁴⁵

Com base nos estudos de Venâncio, Faria argumenta que, “o casamento católico era majoritariamente preferido pela população colonial essencialmente agrária e a grande parcela das maternidades era vivida no interior das relações lícitas”.¹⁴⁶ De uma maneira geral, a formação de família era uma condição básica para o estabelecimento de unidades domésticas, principalmente para os mais pobres. Segundo Faria, nos séculos XVIII e XIX, as maiores taxas de filhos naturais estavam nos centros mineradores, urbanos e portuários, locais estes, caracterizados por áreas de passagem e por um fluxo intenso de pessoas.¹⁴⁷ Kuznesof (1989) confirma tais argumentos:

Parece provável que as áreas urbanas fossem locais melhores para as mães solteiras encontrarem trabalho para sustentar as crianças do que as áreas rurais. A agricultura de subsistência exigia dois parceiros adultos, enquanto trabalhar como costureira, lavadeira ou empregada podia ser mais facilmente combinado com o cuidado com os filhos numa área urbana.¹⁴⁸

¹⁴⁵ *Ibidem*

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 57.

¹⁴⁷ *Ibidem*

¹⁴⁸ KUZNESOF, Anne Elizabeth. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação dos censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina.*, 1989, Ouro Preto. **Anais...** São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 170.

Ainda no que concerne à ilegitimidade na região das Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX, devemos salientar os estudos de Vanda Lúcia Praxedes (2003), cujo enfoque é o questionamento do significado social de ser filho ilegítimo em uma sociedade colonial marcada pela mobilidade, distinção social, moral da Igreja e do Estado. Para responder a esta questão, Praxedes procura demonstrar que a origem do conceito “imoral” da ilegitimidade foi historicamente construída como um legado da cultura jurídica romana e incorporada na sociedade brasileira.¹⁴⁹

(...) a preocupação com a ilegitimidade é mais acentuada no seio da elite, que certamente provoca um apagamento da própria história dos antepassados, em nome da "limpeza de sangue". Entretanto, não o foi para a maioria da gente mineira, junto à qual, muitas vezes, encontramos verdadeiras cadeias de ilegitimidade.¹⁵⁰ avó, mãe e filha.¹⁵¹

Vanda Lúcia Praxedes analisa as diversas dimensões da ilegitimidade, seus desdobramentos, contornos e reflexos na vida cotidiana e familiar de homens e mulheres que habitavam a Comarca do Rio das Velhas em Minas Gerais. A autora demonstra que mesmo considerado imoral por estas normas, o ilegítimo estava presente em todas as camadas sociais, comprovando, assim, que a grande absorção do contingente de ilegítimos na sociedade foi fruto do comportamento ambíguo e paradoxal das autoridades civis e eclesiásticas, bem como das diversas estratégias empreendidas por pais

¹⁴⁹ PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A teia e a trama da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770 1840*. 2003, 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

¹⁵⁰ O que estamos chamando de cadeia de ilegitimidade, é o fato de existir em um mesmo tronco familiar várias gerações de mulheres solteiras, mães de filhos ilegítimos. Cf. *Ibidem*, p. 86.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 86.

e filhos a fim de obterem e garantirem, sobre várias maneiras, a inserção destes últimos na sociedade em que viviam.¹⁵²

Em Minas Gerais, particularmente, onde o viver colonial caracterizou-se pela fluidez, mobilidade espacial e social, a sociedade aqui constituída caracterizou-se, também, por uma hierarquia baseada no nascimento, no privilégio, na religião e no poder econômico. A condição de nascimento, a cor e os privilégios definiam, posicionavam e distinguiam os indivíduos.¹⁵³

Numa perspectiva semelhante, Kuznesof (1989) chama a atenção para o fato de que o concubinato e o nascimento de ilegítimos apesar de ter sido, na maioria dos casos, característica da população negra livre, era aspecto comum do todos os grupos sociais: desde a elite, população escrava e até mesmo o clero. Segundo ela, este envolvimento frequente do clero em relações ilícitas e na geração de crianças naturais serviu de modelo para toda a população colonial. Assim, a autora considera que, é esse desregramento do clero uma das características do comportamento ambíguo das autoridades eclesiásticas e civis na colônia. Tanto é assim que, seus próprios membros, aqueles que deveriam normatizar a população, levando-a viver sob a égide da moral cristã, contraditoriamente, eram os primeiros a serem avessos a esta moral .¹⁵⁴

No que se refere, ainda, à condição de nascimento dos ilegítimos, Kuznesof aponta que, as pessoas com status nobre tinham a possibilidade de excluir os ilegítimos dos direitos de herança, enquanto para o povo comum, as

¹⁵² *Ibidem*, p. 24.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 23-24.

¹⁵⁴ KUZNESOF, *op. cit.*, p. 166.

crianças naturais automaticamente já eram herdeiras caso o parentesco fosse reconhecido no registro de batismo e/ou testamento.¹⁵⁵

Por fim, um dos instrumentos utilizados pelas autoridades eclesiásticas e civis para normalizar a população foi a valorização da família cristã através do incentivo ao matrimônio; entretanto, as práticas cotidianas da população foram contrárias as normas ditadas, tanto que viveram uma sexualidade não reconhecida pela Igreja e não regulada pelo Estado.

Como vimos no decorrer deste capítulo às novas evidências sobre a família brasileira que ora se convergem ora se relacionam. Por isso se faz necessário à expansão dos estudos regionalizados e diversificação dos períodos estudados, a fim de que se possam estudar as diferentes formas de organização de famílias. A seguir esperamos contribuir nesta direção, ao estudar a chefia de domicílio por mulheres solteiras e os filhos ilegítimos na região de Mariana, entre os anos de 1807 e 1822.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 167.

4: Mulheres solteiras chefes de domicílio e as faces da ilegitimidade em Mariana (1807 -1822)

Pretendemos, neste capítulo, através da análise quantitativa e qualitativa das fontes da demografia histórica, dentre elas, listas nominativas e registros de batismo, juntamente com inventários / testamentos, estudar a organização e estrutura dos domicílios chefiados por mulheres solteiras e o fenômeno da ilegitimidade na região de Mariana entre 1807 e 1822.

4.1 Mulheres do campo, mulheres da cidade

Objetivamos mostrar o perfil social das mulheres solteiras chefes de domicílios no meio rural e urbano. Pretendemos observar o tamanho de suas famílias, se eram chefes de pequenas ou grandes unidades domésticas. Analisaremos, também, a quantidade de filhos remanescentes nos domicílios destas mulheres solteiras, tentando perceber se as mesmas viviam sós, com agregados, expostos e se chegaram a ser donas de plantéis de escravos. Além disso, investigaremos quais as atividades desenvolvidas por estas mulheres para o sustento de seu domicílio.

Escolhemos as freguesias de Santa Rita do Turvo, São João Batista do Presídeo, São Januário do Ubá e Rio Pomba, por se caracterizarem como regiões de “expansão agrícola”. A escolha das listas nominativas de habitantes dessas localidades se deu por elas apresentarem, no século XIX, - de acordo com a historiografia -, um perfil económico tipicamente agrícola. No que diz respeito à cidade de Mariana, nossa escolha se deveu ao seu carácter urbano.

Primeiramente, faremos uma investigação entre o número absoluto de fogos e a proporção de chefia de mulheres solteiras no meio urbano e no rural. Posteriormente, analisaremos as diferenças entre a composição e estruturas destes fogos em tais áreas. No entanto, devemos deixar claro que nossa intenção aqui será sempre estabelecer comparações com os estudos desenvolvidos por Donald Ramos em Vila Rica - entre 1754 e 1832 - sobre a chefia feminina de domicílios. A diferença dos estudos deste autor para com a nossa pesquisa, está no fato de que daremos ênfase somente àqueles domicílios chefiados por mulheres solteiras.¹⁵⁶

O período coberto pelos censos dos censos populacionais, analisados por Donald Ramos, não é idêntico aos das listas nominativas utilizadas neste estudo. No entanto, é relativamente próximo. Por isso, uma comparação entre a pesquisa de Ramos e a nossa torna-se fundamental para relativizarmos os estudos que mostram que a chefia feminina de domicílios foi um fenômeno comum na história da família brasileira.

De acordo com Samara, ao que tudo indica, nas áreas rurais, e especialmente, nos momentos de expansão agrícola, a presença feminina na chefia de família é menor do que nas áreas urbanas, o que se explica pela maior migração masculina, em busca de melhores condições de sobrevivência em regiões de fronteira, nos espaços urbanos.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Eni Mesquita de Samara encontrou apenas 11% de chefias femininas no Nordeste no decorrer do século XIX. Cf. SAMARA, Eni de Mesquita. "Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX". In: *Revista História*, São Paulo, v. 12, p. 49-61, 1993.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 55.

É através desta perspectiva da migração que Donald Ramos relacionou a presença significativa de mulheres chefiando domicílios na área urbana de Vila Rica. Além de migrarem menos, “as mulheres, quando o faziam, deslocavam-se para regiões mais próximas do que os homens”.¹⁵⁸

Donald Ramos conclui que nas regiões estudadas por ele, a presença de mulheres como chefes de família é significativa nos vários contextos económicos, exceto na área de expansão agrícola.¹⁵⁹ Assim sendo, como veremos a seguir, os argumentos de Ramos sobre a chefia feminina de domicílios valorizam os nossos resultados.

Apresentaremos, (tabela 1) os dados sobre a chefia de domicílios por mulheres solteiras segundo a região. Percebemos que ocorreram diferenças entre o número absoluto e o percentual das chefes femininas solteiras nas localidades analisadas. (Cf tabela 1)

Tabela 1

MULHERES SOLTEIRAS CHEFES DE DOMICÍLIO POR REGIÃO

Região	Mulheres solteiras chefes de fogos*	Total de fogos	
		nº abs.	%
Mariana	89	330	27,0
Santa Rita do Turvo	9	217	4,14
São João Batista do Presédeo	81	469	17,3
São Januário de Ubá	19	133	14,3
Rio Pomba	13	110	11,1

Fonte: Listas nominativas, 1819 e 1821. Códices: 651; 742; 39; 701

Nota: * inferimos que todas as mulheres listadas como chefes são livres.

¹⁵⁸ BRUGGER, 2000, p. 51.

¹⁵⁹ RAMOS, 1990a *apud* SAMARA, 1993. p. 53.

Observando a tabela 1, vemos que dos 330 fogos arrolados em Mariana - caracterizada como área urbana -, 89 domicílios eram chefiados por mulheres solteiras (27,0 %). Por outro lado, em Santa Rita do Turvo - região rural - foram listados 217 fogos, dos quais apenas 9 (4,14%) eram de chefes femininas solteiras.

No caso da região rural de São João Batista do Presídeo, podemos observar que, dos 469 fogos listados aparecem 81 (17,3%) chefiados por mulheres solteiras. Dos 133 domicílios rurais de São Januário de Ubá, apenas 19 (14,3%) estavam sob o comando doméstico das mesmas. Esta pequena proporção de chefias exercidas por mulheres solteiras também se observa para a região rural de Rio Pomba, do total de 110 domicílios, somente 13 (11,1%) eram dirigidos por tais mulheres. Dessa forma, nos fogos rurais, a proporção de chefia feminina solteira representa, aproximadamente, em Turvo 4,14%; Presídeo 17,3 % e em Ubá 11,1%.

É nítida a maior proporção de domicílios chefiados por mulheres solteiras na área urbana de Mariana, quando comparada com os distritos rurais anteriormente analisados. (Cf. tabela 1) Assim, certamente, como aponta a historiografia sobre o tema, a formação de famílias legítimas, necessária e almejada pela Igreja teve mais acolhida nas regiões rurais.

É muito provável que grande parte destas mulheres solteiras -chefes de domicílio - estariam vivendo em uniões consensuais. Uma vez que, para as mais pobres, a opção por uma relação consensual poderia ter

significado uma forma de sobrevivência. Infelizmente, esse tipo de informação não aparece em nossas fontes. Porém, esta omissão é compensada pela forte presença de crianças, definidas nos registros de batismo como “naturais”. Desta forma, talvez o fato de muitas mulheres serem mães de filhos naturais, é um indício de que muitas delas estariam vivendo em uniões consensuais quanto em fortuitas no momento do batismo. Por outro lado, certamente algumas destas mulheres foram celibatárias, e outras nunca tenham constituído famílias ilegítimas.

Em Vila Rica, no ano de 1804, Donald Ramos observou 764 mulheres adultas sustentando a própria família, e esse número representava 45% do total de domicílios desta localidade.¹⁶⁰

Segundo Ramos, as cidades ofereciam melhores oportunidades de trabalho para as mulheres chefes de família, pois as mesmas poderiam se dedicar às atividades de costura e de venda. O que explicaria, de acordo com o autor, pelo menos em parte, o predomínio delas nas áreas urbanas.¹⁶¹

Partiremos, agora, para a análise da participação proporcional das mulheres solteiras que chefiavam unidades domésticas segundo *o status étnico*. (Cf. tabela 2)

¹⁶⁰ RAMOS. 1989. D. 155

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 162.

Tabela 2

MULHERES SOLTEIRAS CHEFES DE DOMICÍLIO POR STATUS
ÉTNICOS E REGIÃO

Região	Brancas		Pardas		Negras*		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mariana	22	24,71	36	40,4	30	33,7	89	100
Santa Rita do Turvo	3	33,30	6	66,6	-	-	9	100
Presídeo **	24	31,17	44	57,14	9	11,69	77	100
Ubá ***	5	41,67	7	58,33	-	9,30	12	100
Rio Pomba	3	23,07	8	61,54	2	15,38	13	100

Fonte: Listas nominativas de 1819 e 1821. Códices: 651; 742; 39; 701

Nota: * Consideramos as crioulas como negras.

** Excluímos 4 mulheres por não constar a etnia.

*** Excluímos 7 mulheres solteiras por não constar à etnia.

Ao observar a tabela 2, a primeira informação que salta aos olhos é que deste conjunto de mulheres a maior presença é de pardas, tanto para a área urbana - cidade de Mariana - quanto para as áreas rurais.

A participação das pardas em Mariana é de 40,4%, seguidas pelas negras, 33,7 %, e as brancas com 24,71%. Por outro lado, em Santa Rita do Turvo, observamos 66,6% de pardas e brancas 33,30%, sendo que as negras não aparecem como chefes de fogo. Em Presídeo, vemos que as pardas solteiras representavam 57,14%, as brancas 31,17% e, as negras 11,69%.

Observamos, também em São Januário de Ubá, pertencente à freguesia de Presídeo, o maior número de pardas (58,33%) como chefes solteiras, assim como em Rio Pomba (61,54%). De um modo geral, a comparação destes resultados nos permite afirmar que as mulheres solteiras chefes de fogo demonstraram a mesma tendência comportamental em relação

à questão étnica no universo rural e urbano de Mariana, onde predominavam as pardas.

Tais resultados coincidem com a conclusão obtida por Donald Ramos para Vila Rica, que mostra uma participação maior de mulatas como chefes de domicílio. Ramos evidencia para o ano de 1804, cerca de 38,2% de mulatas chefiando domicílios, seguidas pelas crioulas 38,1% e brancas 10,5%. Já para Ouro Preto - em 1838 - o autor observou 52,2% de chefes femininas mulatas, seguidas pelas brancas 30,3% e crioulas 12,6%.¹⁶²

Quando analisamos a composição dos domicílios das mulheres solteiras no meio urbano e rural, vemos a confirmação de uma tendência, apontada pela historiografia, que mostra que seus fogos eram pequenos e empobrecidos. (Cf. tabelas 3, 4 e 5).

É importante ressaltar que na tabela 3 os dados se referem apenas ao número de filhos residentes no domicílio na data do arrolamento e não ao número total de filhos que tais mulheres pudessem ter tido.

¹⁶² *Ibidem.p.* 155.

Tabela 3

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS NOS FOGOS
DE MULHERES SOLTEIRAS

Região	Número médio de filhos
Mariana	1,11
Santa Rita do Turvo	2,22
Presídeo	2,5
Ubá	3,06
Rio Pomba	1,53

Fonte: Listas nominativas, 1819 e 1821. AHCMM
Códices: 651; 742; 39; 701

Nota: Nos dados estão incluídos os domicílios de mulheres solteiras que não tiveram filhos presentes.

Ao observamos (tabela 3) o número médio de (1,1) filhos das mulheres solteiras na área urbana de Mariana, notamos uma semelhança desses números com a região rural de Rio Pomba: 1,53 filhos. Nas regiões rurais de Santa Rita do Turvo e Presídeo, o número médio de filhos de mulheres solteiras por fogos mostrou-se relativamente próximos entre si: 2,22 e 2,5 respectivamente. A diferença foi maior somente na freguesia rural de Ubá, 3,06 filhos. Assim, observamos que o número de filhos presentes nos domicílios dos distritos rurais era mais expressivo do que na área urbana.

De acordo com Donald Ramos, as mulheres mais pobres teriam condições menos propícias para conservar os filhos junto a si, tanto que muitas os abandonavam. O autor considera assim, que o baixo *status* econômico que muitas mulheres solteiras possuíam, incapacitava-as para sustentar famílias grandes, principalmente nas áreas urbanas. Isto possivelmente explica a maior presença de filhos nos fogos rurais de chefias femininas solteiras.

Ramos, ao analisar os censos de Vila Rica do ano de 1804, observou uma média geral de 2,2 filhos por fogos sob a chefia de mulheres solteiras contra 3,2 das mães casadas. Já para Ouro Preto em 1838, constatou a média geral de 0,9 filhos por fogos sob o comando das mulheres solteiras contra 3,0 das casadas.¹⁶³ No que diz respeito, a área rural de Cachoeira do Campo, o autor observou que os domicílios desta localidade possuíam as mesmas estruturas de filiação de Vila Rica. Para o ano de 1831, Ramos constatou a média de 2,7 filhos por fogos de mães solteiras enquanto para as unidades chefiadas por mães casadas a média de 3,6.¹⁶⁴

Donald Ramos fez um estudo diacrônico, ou seja, acompanhou a evolução dos lares chefiados por mulheres ao longo do tempo. Assim observou que:

as mães solteiras tanto brancas quanto mulatas, tinham seu primeiro filho em uma idade superior à de mulheres casadas da mesma categoria racial Ramos ainda percebeu que as mulheres negras geralmente tinham uma ou duas crianças antes de legitimá-la, frequentemente com o próprio pai daquelas crianças, em uma data superior.¹⁶⁵

Assim, o autor conclui que, no geral, as mães solteiras chefes de família, tanto no meio urbano quanto no rural, tinham em média menos filhos do que as mulheres casadas, e inclusive, moravam em fogos menores.

Fogos pequenos e número menor de filhos remanescentes nos domicílios mostram que as mães solteiras pertenciam a famílias mais pobres do que as mães casadas. Segundo Donald Ramos, a falta de condições

¹⁶³ RAMOS, 1989, p. 159.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 161.

¹⁶⁵ KUZNESOF, 1989, p. 170.

econômicas por parte das mães solteiras e chefes de domicílio, fazia com muitas abandonassem seus filhos. E este fator pobreza que contribuía para que houvesse um número médio pequeno de filhos por fogos chefiados por mulheres solteiras. “Na cidade, os mais pobres se separavam dos filhos que eram encaminhados para a proteção de outras famílias, engordando o séquito de dependentes. Lá aprendiam um ofício ou tornavam-se serviçais”.¹⁶⁶

Em 1819, por exemplo, Dona Jacinta Cláudia, branca, viúva de 52 anos e moradora da cidade de Mariana, vivia ao lado de sua filha solteira de 33 anos, sua neta de 11 anos, juntamente com duas crianças expostas 9 e 10 anos e duas agregadas 19 e 60 anos e era proprietária de nove escravos. Também dona Maximiana Cláudia Severina, branca, viúva de 40 anos, moradora da cidade de Mariana, vivia juntamente com seis agregados (sendo quatro destes menores de 18 anos), e dois expostos (um com a idade de 3 e o outro 5 anos).¹⁶⁷ Vemos nestes dois exemplos que recaiu sobre essas chefes de domicílio a tarefa de educar e proteger estas crianças: Dona Jacinta, cuidava de sua neta e de duas crianças expostas, já dona Maximiana de quatro agregados e duas crianças expostas.

¹⁶⁶ SAMARA, 1989, p. 55.

¹⁶⁷ Lista Nominal de Habitantes da cidade de Mariana. AHCMM. código: 651.

Tabela 4

NÚMERO MÉDIO DE AGREGADOS NOS FOGOS
DE MULHERES SOLTEIRAS

Região	Número médio de agregados
Mariana	0,7
Santa Rita do Turvo	0,22
Presídeo	0,68
Ubá	0,16
Rio Pomba	0,6

Fonte: Listas nominativas, 1819 e 1821. AHCMM
Códices: 651; 742; 39; 701

Nota: Nos dados estão incluídos os domicílios de mulheres solteiras, sem a presença de agregados.

A tabela 4, revela a presença de membros agregados nos domicílios chefiados por mulheres solteiras. Em Mariana, o número médio de agregados (0,7), apesar de não apresentar diferenças muito significativas é superior ao registrado nos demais distritos rurais: Turvo (0,22); Presídeo (0,68); Rio Pomba (0,6). A região rural de Ubá, por sua vez, apresentou um número médio menor de (0,16) agregados do que nas outras freguesias e cidade de Mariana. Como se vê nesta tabela, esse pequeno número de agregados em Ubá era compensado com uma presença maior de filhos no lar: 3,06.

A primeira impressão que temos ao analisar estes números foi a de que as mulheres solteiras não tiveram condições de manter agregados em suas propriedades. Tanto que o número médio de agregados por domicílio da área urbana e das freguesias rurais não chegou a ultrapassar 1,0.

O que queremos destacar com o enunciado acima, é que Mariana apresenta um número médio maior de agregados por fogos quando

comparados com as freguesias rurais. Isto de certa maneira, ao nosso ver, contraria a ideia generalizada que se tem do grande número de agregados no interior das famílias camponesas.

Como identificado no capítulo 2, foi nítida a importância da mão-de-obra escrava na economia diversificada de Minas no século XIX. Assim, é relevante averiguarmos se havia escravos nos domicílios chefiados por mulheres solteiras.

Tabela 5

**NÚMERO MÉDIO DE ESCRAVOS NOS FOGOS
DE MULHERES SOLTEIRAS**

Região	Número médio de escravos
Mariana	1,14
Santa Rita do Turvo	2,0
Presídeo	0,67
Ubá	3,05
Rio Pomba	2,53

Fonte: Listas nominativas, 1819 e 1821. AHCMM
Códices: 651; 742; 39; 701.

Nota: Nos dados estão incluídos os domicílios sem a presença de escravos.

Em todas as regiões analisadas - exceto em Presídeo - o número médio de escravos por domicílios, comandados por mulheres solteiras, foi sempre superior a 1,0. Chegando ao máximo de 3,05 em Ubá. Pretendemos mostrar com estes números que, eram poucos os escravos presentes nos domicílios das mulheres solteiras. Eles aparecem em maior número nos domicílios rurais do que nos urbanos. Chama-nos a atenção o fato de

encontramos apenas duas mulheres solteiras chefes de domicílio, moradoras da cidade de Mariana, como donas de mais de 9 escravos.

Donald Ramos encontrou para Vila Rica no censo de 1804, o número médio de 0,9 escravos por domicílio de mulher solteira. Já para Ouro Preto, em 1838, o número médio é de 0,6 escravos¹⁶⁸. Comparando os resultados obtidos por Donald Ramos com os nossos, notamos que as mulheres solteiras chefes de domicílio em Mariana tinham em média mais escravos em seus domicílios do que aquelas estudadas por Donald Ramos em Vila Rica.

Finalmente a análise das tabelas 3, 4 e 5, nos mostrou a estrutura e organização dos fogos chefiados por mulheres solteiras. Podemos, no geral caracterizar tais fogos como pequenos e pobres, uma vez que, eram poucos os agregados e escravos presentes. Um traço marcante de prosperidade em um determinado domicílio era a grande presença de escravos. Logo, os dados até aqui apresentados, reforçam a proposição de que as mulheres solteiras eram majoritariamente pertencentes às camadas populares. Segundo Ramos, o pequeno número de agregados e escravos dentro de um domicílio, é uma indicação de pobreza e baixo status social da família.¹⁶⁹

Entretanto, não devemos desconsiderar o número pequeno de chefes - em maior proporção compostos por brancas solitárias - donas de grandes plantéis de cativos no meio urbano e rural. Em outras palavras, as

¹⁶⁸ RAMOS, *op. cit.*, p. 161.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 161.

maiores posses de escravos estavam nas mãos de mulheres solteiras brancas, enquanto a não propriedade de escravos - e algumas pequenas posses - era domínio das pardas e crioulas.

É necessário salientar que apesar de observarmos a presença de agregados e filhos nos fogos de mulheres solteiras, foi significativo o número de domicílios solitários, principalmente na área urbana de Mariana. Este é o caso de dona Sebastiana Angélica, 25 anos, branca, moradora da cidade de Mariana e possuidora de 15 escravos e lavras. Tudo indica que esta mulher foi filha de família de posse e por alguma razão, acabou por se manter solitária.

Outro exemplo a citar é o de Dona Maria Josefa, branca, 45 anos, solteira sem filhos, que aparece como chefe de domicílio na lista nominativa de 1819 de Mariana. Não foi possível localizar o seu inventário *post-mortem*, para observarmos com maiores detalhes os bens que possuía. Entretanto, pela lista, pudemos perceber que vivia ao lado de três escravos e nove agregados, e era proprietária de uma casa. Isto indica que o domicílio desta moradora da cidade de Mariana não era pequeno, uma vez que nele estava presente um número considerável de escravos e agregados.

Tabela 6

Ocupação das mulheres solteiras chefes de domicílio, por região

Atividade	Região			
	Santa Rita do Turvo	Presídeo	São Januário do Ubá	Rio Pomba
Não declarada	-	47	8	-
Indigente	7	-	-	-
Agricultora*	2	31	11	6
Costureira	-	-	-	5
Fiandeira	-	2	-	-
Tecedeira	-	-	-	2
Paneleira	-	1	-	-
Total	9	81	19	13

Fonte: Listas nominativas AHCMM. Códices: 651; 742; 39; 701.

Nota: Não é este o termo que aparece para Santa Rita do Turvo; aqui a denominação utilizada foi “roceira”.

Ao analisar as listas nominativas destes distritos (tabela 5), constatamos que a maior parte da população destas localidades estava envolvida no setor de agricultura. Assim como era esperado, nestas localidades as “agricultoras” predominavam consideravelmente sobre as outras ocupações. No entanto, vemos um número relativamente alto de atividades femininas que não foram mencionadas na lista nominativa de Presídeo e São Januário de Ubá. Observamos também que há um número considerável de chefes femininas e solteiras arroladas como indigentes em Santa Rita do Turvo. Isto nos leva a inferir que muitas destas mulheres pertencentes a estas freguesias rurais viviam no limite da pobreza e da miséria. O que não quer dizer que as mesmas não exercessem atividade produtiva, pois, como já vimos no capítulo 2, muitas mulheres livres e escravas, casadas ou

solteiras se ocuparam com diversas atividades, principalmente fiação e tecelagem. O mais provável é que as atividades estivessem subregistradas.

Como observa Clotilde Andrade Paiva:

Escravos e mulheres tinham por definição, implícitos em suas condições individuais, o exercício de um leque de tarefas tais como serviço doméstico em geral, fiar e tecer, fazer o que lhe mandam etc. que podia não ser percebido pelo informante como algo distinto da sua própria condição. Arriscamos a dizer, que poderia ser quase redundante dizer que uma mulher exercia tarefas domésticas ou que um escravo fazia isto ou aquilo.¹⁷⁰

No que diz respeito a Rio Pomba, detectamos uma preponderância de agricultoras (6), seguida das costureiras (5) e, por fim, das tecedeiras (2). Vemos nesta localidade uma maior diversificação de ocupações femininas se comparada às demais regiões rurais acima analisadas.

Em síntese, o setor de agricultura é aquele onde se inclui a maioria das mulheres solteiras com ocupação declarada, nas regiões de Santa Rita do Turvo, Presídeo, Ubá e Rio Pomba, em 1819/1821. Segundo Andrade, a importância do setor de artesanato, muito bem representado pelo número de fiandeiras, tinha participação expressiva nas regiões rurais.¹⁷¹

Tabela 7

**Ocupação das mulheres solteiras
chefes de domicílio, Mariana, 1819**

Atividades	n° abs.
Não declarada	68
Indigente	15
Venda	4
Lavras	2
Total	89

Fonte: Lista nominativa AHCMM
Código: 651

¹⁷⁰ PAIVA, C. 1996, p. 64.

¹⁷¹ ANDRADE, 1994, p. 79.

A respeito da tabela 7, os dados deixam transparecer nitidamente que a lista nominativa de Mariana de 1819, quase não apresentou informações sobre a ocupação econômica das mulheres solteiras chefes de domicílio. Dentre as 89 solteiras e chefes, encontravam-se 15 indigentes, 4 que viviam de vendas e 2 ocupadas com lavras, além de 68 com ocupações não declaradas. Ida Lewkowicz ao estudar esta mesma lista nominativa observou que o recenseador foi bastante rígido ao classificar as ocupações. Aos mais pobres designou como indigentes, embora estes tivessem meios para ganhar a vida.¹⁷²

Como já foi abordado, muitas destas chefes solteiras que não tiveram suas ocupações declaradas poderiam estar envolvidas numa diversidade de atividades da indústria têxtil doméstica, bem como nos pequenos negócios e vendas. Também devemos considerar, baseados na historiografia recente, que a prostituição, poderia ser, para tais mulheres, um último recurso como socorro para a miséria.

Donald Ramos assinala que era por meio de atividades de venda e costura que grande parte das mulheres pertencentes à área urbana de Vila Rica buscavam recursos econômicos para sustentar a sua família, principalmente as mães solteiras. Segundo Ramos, a venda de comida nas ruas era uma atividade predominantemente do domínio das mães solteiras chefes de família,

¹⁷² LEWKOWICZ. 1992, p. 71.

¹⁷³ RAMOS, *op. cit.* p. 163.

e em geral, tais mulheres eram identificadas pelo título bastante ambíguo, vive “de sua agência”.¹⁷⁴

Conforme vimos acima, foi significativo o índice de mulheres solteiras chefiando domicílios em Mariana entre 1807-1822. No entanto, dada a impossibilidade de acesso aos testamentos/ inventários ou a inexistência de registros destas mulheres solteiras que aparecem arroladas nas listas nominativas, podemos somente levantar hipóteses de que muitas delas teriam se deslocado para outras regiões em busca de melhores oportunidades de vida. Inferimos isto, uma vez que era comum a extrema mobilidade populacional da colônia, principalmente entre os mais pobres.

Supomos também, que no momento da listagem uma grande proporção de mulheres constituía famílias fora da legalidade. Depois, provavelmente, estas mesmas mulheres teriam buscado o reconhecimento na Igreja. Assim, é possível pensar também que seus maridos constariam como o inventariado da família. Outra hipótese interessante que poderia ser levantada, é a de que as mesmas não possuíam recursos suficientes para a abertura de testamentos e inventários, pois a maioria delas pertenciam às classes populares.¹⁷⁵

¹⁷⁴ RAMOS, *loc cit.*

¹⁷⁵ Tal questão pode ser apreendida nas discussões de Sheila de Castro Faria em “*A colônia em Movimento*” onde a autora salienta que o universo da pobreza não permitia que muitos homens e mulheres pudessem fazer a abertura de testamentos e inventários, ou seja, estes tipos de documentos eram privilégio de poucos na sociedade colonial, hierarquizada, tanto no que diz respeito aos aspectos sociais quanto aos econômicos. Cf. FARIA, 1998.

Encontramos, em Mariana, algumas famílias chefiadas por mulheres solteiras como a de Ana da Costa Muniz, proprietária apenas de “uma morada de casas em Mariana cobertas de telhas com quintal murado de pedra avaliada em 180.000 réis”.¹⁷⁶ O inventário, datado de 1820, deixado por Iria Roza de Oliveira, moradora em Guarapiranga demonstra que ela era uma, dentre as muitas mulheres pobres chefes de domicílio na área rural de Mariana. Era mulher solteira de cor branca e tinha uma filha natural, com 25 anos, exposta em casa de Maria do Rosário. O seu inventário¹⁷⁷ não deixa claro se ela tinha outros bens a não ser o valor de 110\$000 réis (cem mil réis) correspondentes a dois escravos, sendo estes uma criança de 9 anos e uma jovem de 19 anos. Ela declara, no seu testamento, que tinha duas heranças de seus pais legítimos e que seu testamenteiro se encarregará de procurar por elas de modo que parte desta herança seja destinada a pagar suas dívidas e de seus pais. Infelizmente, não foi possível observar que tipo de herança era esta. O curioso é que, os documentos em questão contrariam o que foi inferido sobre não serem abertos inventários de mulheres pobres.

Por outro lado, foi possível encontrar também famílias mais abastadas chefiadas por mulheres solteiras como a de Iria Pereira de Jesus. O domicílio desta mulher, parda e forra, em contraste com os de outras mulheres solteiras já citadas, era o mais afortunado, pois, além de uma casa situada na

¹⁷⁶ AHCSM, códice 44. auto, 1011. 1º ofício.

¹⁷⁷ Cabe lembrar, como já foi dito na introdução deste trabalho, que estamos trabalhando somente com inventário complementar do testamento. Assim sendo, através da análise paralela destes documentos procuramos compreender o nosso objeto de estudo.

rua Direita, possuía ela quatros escravos, trajes caros, jóias de ouro e prata.

No seu testamento, datado de 1816, declara:

“(...) a dez anos possuo mais ou menos tenho tido [sic] sociedade em todo o gênero de negócio com certa quantia de dinheiro com meu primeiro testamenteiro José Ferreira de Oliveira (...) do qual já recebi o principal da sociedade e só estão os lucros por liquidarem (...).”¹⁷⁸

Ainda declara:

“(...) tenho uma morada de cazas cobertas de telhas terrias pela frente e sobrados pelos fundos na rua direita da cidade de Mariana com seu quintal e pertences que partem com cazas do capitão Manoel José Esteves e com as da herança de Dona Antônia da Silva avaliada no valor de 550, \$000 réis (...)”.¹⁷⁹

Além disso, foram arrolados em seu inventário quatro escravos avaliados no valor de 364 \$ 000 réis e, no que diz respeito aos bens móveis declarou possuir:

“Um oratório pequeno com seu vidro de Santa Ana dentro de um oratório maior com imagens de Santo Cristo, Senhora da Conceição e Santo Onofre avaliados em 4\$000 réis, uma mesa com gaveta sem fechadura avaliada em 1\$200 réis, uma mesa mais pequena com gaveta fechadura e chave avaliada em 1\$200 réis, uma mesa com gaveta fechadura e chave avaliada em 1\$ 600 réis, um catre de jacarandá torneado avaliado em 4\$ 800 réis, uma mesa lisa velha sem gaveta avaliada em \$ 150 réis, três catres lisos e um deles com seu varal avaliados em 3\$600 réis, quatro cadeiras lisas antigas cobertas de couro cru avaliadas em 1\$200 réis.”¹⁸⁰

E ainda, as seguintes peças de vestuário:¹⁸¹

“Item um capote de baeta branco com vi[vos] de [delbulina] vermelha já cizado vista e avaliado em 3\$ 600 réis, Item uma capa de [orugete] cor de rosa com bandos de setim azul já com buracos vista e aviado em 3\$600 réis, Item um vestido de paninho cor de roza lavrado visto e avaliado em 1\$ 800 réis. Item um vestido de chita amarella visto e avaliado em 1\$ 800 réis, Item um vestido de filo já cizado visto e avaliado em 1\$800 réis, vestido de filo branco (...) visto e avaliado em 1\$800 réis, Item um lenço de seda a cor de pessegueiro visto e avaliado

¹⁷⁸ AHCSM, códice 144, auto 3029, 1º ofício.

¹⁷⁹ Ibidem

¹⁸⁰ Ibidem

¹⁸¹ Segundo Claudia Eliane P, Marques, o ato de se vestir cumpre vários papéis na sociedade ocidental. O estudo do vestuário permite vislumbrar as mudanças sociais, as diferenças sociais, a moda, a cultura feminina, a circulação de mercadorias. Cf. MARQUES. Claudia Eliane Parreiras. Riqueza e escravidão: dimensões materiais da sociedade no Segundo Reinado. Bonfim/MG. 2000, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 124.

em \$ 900 réis, Item um vestido de cetim preto visto e avaliado em 6\$000 réis. Item um vestido de cetim cor de roza visto e avaliado em 4\$ 800 reis (...).¹⁸²

Encontramos também arrolados outros bens, dentre entre eles, jóias em ouro/ prata, barras em ouro/ prata e um chapéu fino inglês avaliado em 3\$ 000 réis. O caso de Iria Pereira de Jesus é muito interessante, pois, era filha natural da escrava de Francisco Pereira de Araújo. Iria era ainda afilhada de Francisco Pereira de Araújo - que aparentemente lhe doara o sobrenome. Isso indica, talvez, que Iria era filha de seu padrinho que, por sua vez, dera alforria à sua mãe.

Uma outra observação interessante é que iria, filha natural, também teve uma filha natural, inclusive lhe ofereceu um dote de 112\$000 réis e, junto, dois escravos avaliados em 240\$000 réis. Além disso, foram listados quatro escravos e alguns animais em seu domicílio. É possível dizer, até onde pesquisamos, que Iria Pereira de Jesus, sendo uma mulher de posses, ocupava uma posição privilegiada na sociedade oitocentista de Mariana.

Havia, sem dúvida, algumas mulheres solteiras que não tiveram filhos naturais e muitas vezes viveram totalmente solitárias. Algumas delas, por não terem herdeiros forçados, deixaram como herdeiros de seus legados, pessoas com quem tinham maiores vínculos afetivos. Assim, observamos em nossa amostragem de inventários um grande número de testadoras solteiras sem filhos, deixando seus legados para sobrinhos, irmãos, afilhados, parentes

¹⁸² AHCSM, código 144, auto 3029, 1º ofício.

em geral e amigos mais próximos. Este é caso de Clara Maria Dias Batista, moradora na cidade de Mariana.

Declaro que sou natural e bati?ada na freguesia de São Sebastião termo desta cidade filha legitima digo filha natural de Maria Fernandes Preta courana e de pai icógnoto (...) me tenho no estado de solteira sem herdeiros ascendentes nem descendentes que hajão de herdar meus bens por cuja razão depois de pagas as minhas dívidas e cumpridos os meus legados de todo remanescente que sobrar de minha fazenda instituo por minha universal herdeira a Maria parda filha de Francisca Dias moradora desta cidade.¹⁸³

Francisca Corrêa de Oliveira, moradora da cidade de Mariana, deixou seu legado, conforme consta de seu testamento, datado de 1818, para o Cônego Manoel Nunes Pereira, seu testamenteiro.¹⁸⁴ Possivelmente, Francisca Corrêa tinha fortes vínculos com a Igreja, uma vez que todos os testamenteiros designados eram clérigos. Em seu inventário foram arroladas, jóias de ouro e prata, dentre elas: um brinco de ouro com pedras de diamante, como também uma morada de casas térreas cobertas de telhas na cidade de Mariana. Quanto ao vestuário, apareceram as peças de algodão, xita, cambraia e seda. Encontramos dentre os outros bens arrolados, a presença de uma chocolateira, o que indica, talvez, que vivia da venda de quitandas, inferimos assim, que Francisca Corrêa possuía o básico para sobreviver, as jóias arroladas deveriam ter sido adquiridas em tempos melhores.

¹⁸³ AHCSM, códice 52, auto 1162, 1º ofício.

¹⁸⁴ AHCSM, códice 144, auto 3013, 1º ofício,

4.1 Espaço masculino e espaço feminino: os filhos ilegítimos

Cientes da importância que os registros paroquiais de batismo representam para o estudo da ilegitimidade, lemos e transcrevemos as atas de batismos -1807/1817-, pertencentes ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Nesse intervalo de dez anos, reunimos um total de 1053 atas de batismo, as quais contemplam: crianças livres /escravas, e escravos adultos, sendo que todas dizem respeito aos batizados realizados na Catedral da Sé de Mariana.¹⁸⁵

Através da análise das atas de batismo, objetivamos recuperar os índices de ilegitimidade para a área urbana de Mariana¹⁸⁶. Decidimos também levantar a participação da prole ilegítima nos testamentos (1807- 1822), depositados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.

Os dados da tabela 5 apresentam altos índices de ilegitimidade entre 1807 e 1817. Percebemos que na Catedral da Sé de Mariana o número de ilegítimos representava 53,09% do total das crianças que receberam o sacramento do batismo no período. O índice de legítimos (33,33%), apesar de menor que o de ilegítimos, não é muito baixo. Já o índice de abandonados (expostos) é de 11,68%.

¹⁸⁵ Segundo Eliane Cristina Lopes, o ato de batizar “tornou-se obrigatório aos recém-nascidos, apenas após o Concílio de Trento (1545 - 1563). Apesar disso, foi somente no século XVIII que os párocos passaram a se preocupar com a sua realização, procurando levá-lo a todos os cantos, balizando crianças desde cedo, principalmente nos casos de morte eminente.” Cf. LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 195.

¹⁸⁶ Ao longo da leitura das atas de batismo, observamos que os filhos nascidos fora do casamento - “ilegítimos” - foram designados por “naturais”.

Tabela 8 –

**BATIZADO DOS REGISTRADOS NA MATRIZ DA CATEDRAL DA SÉ
DE MARIANA (1807 -1817)**

Condição	Sexo		TOTAL	%
	Masculino	Feminino		
Legítimos	167	184	351	33,33
Ilegítimos*	295	264	559	53,09
Expostos	70	53	123	11,68
Escravos adultos**	16	4	20	1,90
TOTAL	548	505	1053	100%

Fonte: Livro de batizado (Estante: O e livro: 15): Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - AEAM.

Nota: *Encontramos nas atas de batismo a denominação “naturais”.

** Para os escravos batizados adultos não consta filiação, como no caso das crianças, por isso foi necessário deixá-los como uma outra categoria.

Caso se leve em conta a tese muito discutida atualmente pela historiografia, de uma relação direta entre abandono e a condenação moral cristã em torno do nascimento de ilegítimos, os índices de crianças naturais da Catedral da Sé, possivelmente se elevariam. No entanto, essa hipótese não pode ser afirmada sem que sejam feitas comparações com outros livros de batismos, ou seja, sem que se perceba que a taxa de expostos acompanha a taxa de ilegítimos. É interessante, porém, atentar para o fato de que estes resultados, talvez mostrem a grande disseminação nesta sociedade das relações ditas ilícitas.

Estes dados diferem daqueles observados por Silvia Brugger em São João dei Rey ao longo do século XVIII e primeira metade do XIX. A autora apontou que “os nascimentos legítimos, em geral oscilaram, no intervalo

entre 50 a 60% dos batizados, atingindo seu ponto máximo, entre 1781 e 1790 com 61,56%”.¹⁸⁷

Vale destacar ainda que os registros de batismo nos mostraram que algumas mulheres conceberam, mais de uma vez, filhos ilegítimos. Houve muitos casos em que não vieram os sobrenomes das mães destes ilegítimos. O fato de uma parcela dessas mulheres não apresentarem sobrenome algum nas atas pode ser um indicativo de que as mesmas pertenciam ao universo dos mais pobres¹⁸⁸. Isso acontecia porque os párocos faziam questão de distinguir socialmente as melhores classificadas por título de “dona”.¹⁸⁹ Devemos ressaltar que aparecem somente dois casos de mulheres designadas por “donas” como mães de crianças naturais. Isso não significa dizer que tais mulheres não transgrediam as normas tridentinas, mas que suas transgressões eram mais acobertadas. Desta forma, embora de modo camuflado e silencioso, as mulheres brancas também foram mães de ilegítimos.

Um outro aspecto evidenciado pelos registros de batismo é a questão do compadrio. Mesmo não sendo este o objeto do presente estudo, observamos, na análise dos dados, um número considerável de homens

¹⁸⁷ BRUGGER, 2000. p. 40.

¹⁸⁸ Um exemplo disto se dá com a ata de batismo do filho natural de Maria Preta parda: Aos vinte de março de mil oitocentos e oito na Catedral o pároco José Inocêncio Varella de Mendonça balizou solenemente e pôs os santos óleos ao inocente Eufrásio, filho natural de Maria **Preta parda**, foram padrinhos o alferes Bernardo José Vilela Júnior e Dona Vitorina Felizarda. (...). (grifos nossos). Livro de batizado (O -15), p. 17. AEAM.

¹⁸⁹ Aos seis de outubro de mil oitocentos e doze na Catedral o pároco José dos Santos de Azevedo e Melo batizou (...) ao inocente Francisco filho natural de **dona Maria Magdalena das Pazes** (...). (grifos nossos). Livro de batizado (O-15), p. 130. AEAM.

sistematicamente solicitados a apadrinhar¹⁹⁰. As atas mostram que os homens que apadrinhavam eram, na maioria livres, e, muitos foram caracterizados com algum *status* social, tais como: patente militar e sacerdócio. Os padres preponderavam como padrinhos e vários são os fatores que explicam essa maioria.

Segundo Silvia Brugger, os sacerdotes representavam um intermediário de Deus, assim, eles intercederiam pelos seus afilhados junto a essa divindade. Além disso, a condição de solteiros e aparentemente sem filhos, fazia com que houvesse uma concorrência para que eles apadrinhassem na esperança de que, na ausência de herdeiros forçados, eles deixassem seus afilhados como herdeiros de seus bens.¹⁹¹

Pode-se supor também que, pelo menos em alguns casos, as crianças poderiam ser filhos dos padres, o que representaria uma dupla transgressão às determinações canônicas, visto que era interdito aos pais apadrinharem seus filhos. Outro aspecto a se considerar é inserção social do clero que, por mais que não fosse um corpo homogêneo e comportasse em si mesmo diferentes níveis hierárquicos, era portador de prestígio perante a sociedade.¹⁹²

Assim sendo, a escolha do padrinho poderia render futuros benefícios, principalmente, para as famílias de menor prestígio social e para as mulheres que se encontravam na condição de mães solteiras.

Para enfatizar a questão da ilegitimidade, recorreremos aos inventários com testamentos¹⁹³ anexados, pertencentes ao acervo da Casa

¹⁹⁰ O capitão Bernardo Vilela Júnior foi padrinho de 20 crianças naturais e expostas, num intervalo de 10 anos. É importante mencionar que não foram analisadas as crianças legítimas. Se tal análise fosse feita, este número certamente aumentaria.

¹⁹¹ BRUGGER, 2003, p. 1.

¹⁹² *Ibidem*, p. 1.

¹⁹³ “Nos testamentos, convivendo com a proximidade da morte ou mesmo com a doença, as descrições, fluem com mais facilidade, sendo possível reconstituir, pelas histórias de vida e relatos

Setecentista, em Mariana, correspondentes ao período de 1807 a 1822, perfazendo um total de 189 documentos. Desses 189 testamentos, 35 faziam referências a filhos ilegítimos, sendo que 9 eram de mulheres solteiras. Do total de 189 apenas dois eram de mulheres casadas. Observamos, então uma proporção de 16,9% de registros testamentários que apresentaram alguma participação de herdeiros ilegítimos. Número este considerável, se levarmos em conta que nem todos os testadores declaravam a verdade sobre a legitimidade de seus filhos. Devido à alta proporção de ilegítimos por nós encontradas no livro de batismo (1807-1817), inferimos que houve muitos casos em que o testador omitiu a informação sobre o número de filhos naturais que gerou, ou simplesmente não os relatou no seu testamento¹⁹⁴. No entanto, para obtermos dados mais consistentes e aproximados sobre a ilegitimidade, seria necessário consultarmos outros livros de batismo relativos a outros períodos e outras paróquias.

Na tabela 9, encontramos uma situação de desequilíbrio no ato de testar, em relação ao sexo do testador. Entre os 189 testamentos analisados, 131 foram elaborados por homens, 55 por mulheres e apenas 3 feitos em mão comum, demonstrando que os homens eram quem mais testavam. Dos 35 casos encontrados referentes a ilegítimos, 68,58% são pertencentes a

mais íntimos, um quadro mais fiel e completo das relações conjugais e fora do casamento”. Cf. SAMARA, 1989a, p. 181.

¹⁹⁴ A alta taxa de celibatários aliada à condenação, pela Igreja, das práticas sexuais fora do casamento - mesmo que uma repressão ostensiva não existisse - fizeram com que a ilegitimidade dos descendentes fosse reconhecida apenas por uma parte dos pais. Neste caso estão inscritos, principalmente, os homens livres solteiros, cuja maioria era constituída por portugueses. Poucos, portanto, declararam em testamento (...) os frutos de aventuras vividas com escravas ou libertas, tenham sido elas efêmeras ou duradouras. Cf. PAIVA, E. 2001, p. 199.

testadores homens enquanto apenas 3 1,42% são de mulheres. Esses pais - um número considerável de homens imigrantes de Portugal - e mães de ilegítimos possuíam nacionalidades e residências distintas, embora todos fossem moradores do Termo de Mariana.

Tabela 9

**NÚMERO DE TESTAMENTOS COM HERDEIROS ILEGÍTIMOS POR SEXO
(TERMO DE MARIANA, 1807 – 1822)**

	Total de Testamentos*	%	Testamentos com herdeiros ilegítimos	% **	%***
Homens	131	69,31	24	68,58	12,69
Mulheres	55	29,10	11	31,42	5,82
Mão Comum	3	1,59	-	-	-
Total	189	100	35	100	18,51

Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana. *Inventários com Testamentos*. 1º ofício (1807 – 1822).

Nota: * Somente os testamentos com inventários em anexos

** Porcentagem calculada sobre o total de testamentos com herdeiros ilegítimos

*** Porcentagem calculada sobre o total geral de testamentos.

Observamos que os filhos ilegítimos foram reconhecidos pelos pais não somente na ausência de herdeiros legítimos, como também na presença destes. Embora o registro das disposições testamentárias não significasse seu fiel cumprimento, homens casados, padres, homens solteiros, mulheres solteiras, casadas e viúvas tiveram filhos através de relações ilícitas e procuraram reconhecê-los e deixá-los que fizessem parte da herança.

Carla Carvalho de Almeida encontrou em sua pesquisa sobre os homens de posses em Minas Gerais um número expressivo que reconheceu a paternidade de filhos ilegítimos. Segundo a autora, “quando a paternidade era comprovada, esses indivíduos tinham seu direito de herança resguardado fosse

o pai solteiro ou casado, referendando a tradição do direito português nesse campo”.¹⁹⁵ Almeida prossegue constatando que:

(...) também para as Minas do século XVIII, aplicam-se as afirmações de Antônio Manuel Hespanha sobre o direito de família no Antigo Regime português em que filhos, são antes de mais, os que o são pelo sangue, independentemente de terem nascido na constância do casamento.¹⁹⁶

Nascida em Guarapiranga, Ana Velozo do Espírito Santo foi escrava de Silvestre Vellozo de Barros - de quem adotara ou herdara o sobrenome - e declarou em 1820 em seu testamento que foi sua herdeira e testamenteira. Declarou ainda, que tinha seis filhas naturais (todas maiores de vinte e cinco anos) e que elas seriam herdeiras universais de seus bens.

“... as quais todas elas estão com cartas passadas de alforria, com condição, de cada huma pagar a parte, que lhe couber das dívidas do fãllecido meu senhor, e aquella que não pagar a sua parte ficará a carta de alforria de nenhum valor, e tornara ao cativoiro”.¹⁹⁷

Da leitura do testamento de Ana Vellozo fica a seguinte questão: que tipo de relação ela estabeleceu com seu ex-senhor a ponto dele deixá-la como herdeira universal de seus bens? Seriam estas seis filhas naturais fruto de relações íntimas entre ela e seu senhor? Tais indagações ainda não podem ser respondidas, mas fica claro que foi Silvestre Vellozo de Barros quem propiciou alforrias e privilégios para Ana Velozo e suas filhas. Tudo indica que a herança recebida por Ana Velozo não foi polpuda, mas certamente foi suficiente para que ela tivesse herdado ou comprado um sítio situado em

¹⁹⁵ ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. Homens ricos em Minas Colonial. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (orgs). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 372-373.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 372-373.

¹⁹⁷ AHCMS, códice 17, auto 502, 1º ofício.

Castanha - com sete datas de terras minerais e terras de cultura - conforme descrito em seu inventário.¹⁹⁸

Caso interessante a ser citado são o daquelas mulheres, que após gerar filhos “naturais”, acabaram se casando e tendo proles legítimas. Esse foi o caso da moradora de Guarapiranga, Ignês Maria da Silva, que declara em seu testamento, em 1807, ser casada com o Alferes Antônio José Alvares Torres. Ela fora mãe de dois filhos legítimos, 12 e 11 anos, e outros dois naturais que se encontravam na idade de 24 e 20 anos.¹⁹⁹

Outro caso que merece ser citado é o de Clara Pereira Chaves, moradora da freguesia de São José da Barra Longa. “Eu Clara Pereira Chaves (...) hoje casada a face da Igreja com Cândido Martins Esteves, tendo havido no estado de solteira três filhos naturais (...)”²⁰⁰. Destes naturais dois eram casados e outro se encontrava na idade de sete anos. Na época do testamento, seu filho legítimo, fruto do casamento com Cândido Martins Esteves, tinha apenas dois anos de idade. Podemos inferir que tal mulher teve que sobreviver e sustentar o seu lar durante muito tempo sem o auxílio de um homem.

Muitas mulheres solteiras se preocuparam em deixar seus filhos ilegítimos amparados, como fez Ana da Costa Muniz em seu testamento:

“Sou nascida e batizada na Freguesia de São Sebastião do termo desta cidade de Mariana (...) vivi sempre no estado de solteira e por fragilidade e miséria tive os seguintes filhos todos naturaes: ManoeJ Alves (...), Quitéria Maria de Souza já falecida (...), o Doutor Antônio Rodrigues Ferreira das chagas e padre Marcelino Rodrigues Ferreira, hoje vigário [?] na Freguesia de São João Batista do Presídeo aos quais todos instituo

¹⁹⁸ AHCMS, código 17, auto 502, 1º ofício.

¹⁹⁹ AHCMS, código 102, auto 2119, 1º ofício

²⁰⁰ AHCMS, código 34, auto 804, 1º ofício

meus legítimos, necessários, e universais herdeiros dos meus bens (...)²⁰¹

Um dado que consideramos relevante para a recuperação do perfil do testador é a sua nacionalidade. Ao analisar a documentação, percebemos alguns testadores brancos de origem portuguesa, que tiveram filhos com escravas preocupando-se em reconhecê-los como herdeiros. Esse foi o caso do Alferes Antônio Martins Braga, morador no arraial do Senhor Bom Jesus do Furquim, que declarou:

Declaro que sou natural da freguesia de São Miguel de Cabreiros do Arcebispado de Braga termo de Barcellos (...), sempre vivi no estado de solteiro, no qual tive três filhos naturais. Antônia Francisca e Joaquim de Santa Ana havidos de Quitéria da Costa, e Petronila havida de Thereza que foi minha escrava os quais se achão em minha companhia (. ..)e instituo por herdeiros....²⁰²

O Alferes Antônio Martins era um português com grandes cabedais. De acordo com as informações presentes em seu testamento, ele vivia no mesmo domicílio que seus três filhos naturais. O Alferes indicou dois de seus filhos ilegítimos para serem seus testamenteiros, procuradores, benfeitores e administradores de seus bens.

O curioso foi que encontramos testadores deixando legado para filhos ilegítimos sem nunca os terem conhecido. Esse foi o caso de Antônio Dias Menezes, morador na Cidade de Mariana:

...cumpridas as minhas disposições deste meu testamento instituo por herdeiro a um filho ou filha de Antônia Nogueira casada com Domingos os que se achão para as partes de Pitangui. Declaro que na minha herança deve entrar este filho ou filha de Antônia Nogueira com que saiu pejada desta cidade²⁰³

²⁰¹ AHCSM, código 44, auto 1011, 1º ofício.

²⁰² AHCSM, código 89, auto 1863, 1º ofício.

²⁰³ ACHSM, código 48, auto 1089, 1º ofício.

O Alferes Domingos Teixeira Borba, morador na cidade de Mariana, reconhece no testamento que, no estado de solteiro e no de “homem pecador”, teve uma filha por nome Porcina Maria, a quem instituiu como herdeira de seus bens.²⁰⁴

Por outro lado, o capitão - mor Antônio Moraes Souza, solteiro, natural de Portugal e morador da cidade de Mariana, declarou em seu testamento, datado de 1819, que deixava como herdeiras de seus bens duas filhas naturais. Tais filhas eram moradoras da Freguesia de Camargos, sendo uma delas exposta na casa do Alferes João Lopes da Rocha.²⁰⁵

Encontramos ex-escravos também reconhecendo filhos ilegítimos. Gaspar José de Arruda relata em seu testamento, escrito em 1818.

“....Declaro que sou natural de Angola onde fui batizado e hoje vivo liberto pela liberdade que me conferiu meu senhor José Manoel de Arruda (...) sempre vivi no estado de solteiro, e no mesmo estado tive quatro filhos, Símplicio crioulo filho de Maria nação mina que foi minha escrava e hoje he forra, Lizardo, e Mariana filhos de Thereza Rodrigues escrava que foi de Matos e hoje se acha forra, Felipe filho de Thereza Fernandes forra já falecida (...) aos ditos meus quatro filhos instituo por meus herdeiros universais. (...)”²⁰⁶. (Grifo nosso)

Encontramos um caso no qual o testador reconhece uma filha natural que ainda está no cativo, deixando-a como herdeira universal dos seus bens, declarando que a herança seria destinada para a sua liberdade, no entanto, caso não fosse possível tal liberdade seriam outros os seus herdeiros. Roque de Souza Pinheiro, morador da cidade de Mariana, assim declara em 1815:

²⁰⁴ ACIISM, código 104, auto 2163, 1º ofício.

²⁰⁵ ACHSM, código 12, auto 404, 1º ofício.

²⁰⁶ ACHMS, código 117, auto 2436, 1º ofício.

“... que por fragilidade humana tive huma filha natural havida com Thereza crioula escrava que foi do falecido Thomé Dias Mendes, (...) a qual deixo que dos meus bens seja liberta, e depois a instituo por minha herdeira, e quando senão verifique esta liberdade instituo por minha herdeira digo por meu herdeiro meu afillhado (...)”.²⁰⁷

Os padres não fugiam à regra. Chamou-nos a atenção casos de clérigos se preocupando em reconhecer seus filhos ilegítimos e nomeá-los como herdeiros. Antônio Joaquim da Silva Souza, morador da cidade de Mariana é um desses padres.

Eu padre Antônio Joaquim da Silva presbítero declaro (...) nunca ter sido casado e seguido o estado sacerdotal, mas por fragilidade tive no estado livre e **antes da minha ordenança** ²⁰⁸ um filho por nome Manoel, que terá de idade de vinte e cinco anos, e existe na freguesia de Curral De] Rey Sete Lagoas exposto em casa de Rafael, que por sobrenome não perca o qual e forçado herdeiro do que saber ao meu funeral e solução de minhas dividas, e cumprimento de meus legados, o que **só faço para desencargo de minha consciência** e como penitência de meu delito... ²⁰⁹ (Grifo nossos)

Um outro exemplo é um testamento, datado de 1811, em que o padre José Alves de Almeida, natural e batizado no Serro Frio (freguesia da Vila do Príncipe) e morador da cidade de Mariana, nos informa que “...por fragilidade humana tive no estado secular huma filha que se acha em minha companhia de nome Brígida, a qual instituo por minha universal herdeira depois de pagas as minhas dívidas...”.²¹⁰ A esse respeito, observa Ida Lewkowcz. “O padre, como tantos outros, omitiu em seu testamento o nome da mãe, embora a filha vivesse junto a ele. Possivelmente essa mulher residia

²⁰⁷ ACHMS, códice 124, auto 2604, 1º ofício.

²⁰⁸ Tal situação mostra a preocupação dos clérigos em demonstrar que a “fragilidade da carne” . ocorreu antes que eles se tomassem padre.

²⁰⁹ AHCSM, Códice 37, auto 853, 1º ofício.

²¹⁰ AHCSM, Códice 134, auto 2794, 1º ofício.

em outro local, pois os clérigos preferiam manter suas concubinas em casas de terceiros (...).²¹¹

Como podemos notar, homens de perfis sociais diversos reconheceram seus filhos naturais em testamentos. Seria interessante saber em que condições esses testadores tiveram seus filhos ilegítimos, no entanto, os mesmo não nos informam, no relato testamentário, o tipo de relação que mantinha com suas parceiras. De qualquer modo, cabe questionar até que ponto os filhos ilegítimos não estavam inseridos em relações familiares estáveis que simplesmente não foram formalizadas.²¹² E impossível, responder a estas questões devido à omissão de informações dos testadores sobre suas relações amorosas. Assim, não sabemos se essas proles ilícitas eram fruto de relacionamentos esporádicos ou mesmo provenientes de concubinatos. Sobre a importância destas relações na proliferação de ilegítimos, Eliana Cristina Lopes nos mostra que:

Rara era a mancebia ou ligação transitória que não frutificava em filhos. Aquela com maior frequência que esta, devido aos longos períodos, nos quais a relação se mantinha. Assim solteiros, casados, viúvos, padres, altas autoridades do estado, compadres e comadres, cunhadas e cunhados, sobrinhos e sobrinhas, em seus ajuntamentos carnavais, poderiam tornar-se pais e mães de bastardos. Estes reconhecidos ou não, recebiam os mais variados destinos.²¹³

Apesar de não haver referências a ilegítimos, as informações extraídas do documento a seguir parecem deixar claro que se trata de um caso

²¹¹ LEWKOWICS, Ida. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. *Anais de História e estudos históricos*. São Paulo, Unesp, 12,1993. p. 207.

²¹² KUZNESOF, Anne Elizabeth. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação dos censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.169.

²¹³ LOPES, Eliane Cristina. O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998. p. 128.

típico de concubinato entre um português e sua ex-escrava. Manoel Henriques em 1811, declara em seu testamento:

(...) sou natural da freguesia de São Pedro de Serva Comarca da Villa Real Arcebispado de Braga, (...) não tenho ascendentes e descendentes que por direito haja de herdar os meus bens por mim adquirido, por essa razão instituo por herdeira de todos os meus bens (...) a Roza Maria Henriques preta mina que foi minha escrava, e acha morando comigo.²¹⁴

Por fim, embora o registro das disposições testamentárias não significasse seu fiel cumprimento, homens casados, padres e homens solteiros tiveram filhos através de relações ilícitas e procuraram reconhecê-los e incluí-los em sua herança. Não se sabe o que de fato motivou homens e mulheres a reconhecerem seus filhos ilegítimos somente no final de suas vidas. Mas, a leitura dos testamentos deixa claro que se tratava de motivos de ordem espiritual, onde havia a preocupação com a salvação da alma. A título de hipótese provisória, sugerimos que o reconhecimento do filho ilegítimo, na herança dos homens com posses, tenha sido resultado das pressões das mães muitas vezes suas concubinas ou mancebas.

²¹⁴ AHCSM, códice 46, auto 1058, 1º ofício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu aqui foi tecer um quadro das inter-relações entre gênero, família e economia. Através do auxílio da demografia histórica, da categoria gênero e, em especial, da história econômica que aborda as mudanças na economia mineira no século XIX, buscamos apresentar a multiplicidade das experiências femininas e masculinas no interior da família no Termo de Mariana.

Os estudos desenvolvidos por Donald Ramos acerca da família em Vila Rica dos séculos XVIII e XIX foram referência central, ao longo de todo o trabalho. Ramos observou um número considerável de mulheres comandando unidades domésticas no meio urbano e rural. Segundo o autor, para as mulheres solteiras, talvez a vida no centro urbano fosse o meio mais fácil para sustentar seu lar, uma vez que poderiam sobreviver dos recursos adquiridos da costura e do comércio ambulante.

No decorrer do trabalho, observamos algumas semelhanças entre os nossos resultados e aqueles obtidos por Donald Ramos para Vila Rica, tais como: nas áreas urbanas os domicílios chefiados por mulheres solteiras eram em maior proporção que nas áreas rurais. Além disso, as pardas sobrepõem-se em número e proporção às brancas e negras em ambas as áreas. Por outro lado, quando examinamos a estrutura dos domicílios das mulheres solteiras e

chefes, observamos que as mesmas provinham de camadas sociais pobres, tanto que não havia a presença de muitos escravos e agregados em seus fogos.

A chefia feminina solteira na área urbana de Mariana correspondeu a 27% do total de domicílios arrolados na lista nominativa de 1819. Enquanto, por exemplo, na área rural de Santa Rita do Turvo, o índice atingiu 4,14%. As pardas apareceram como grupo majoritário dessas chefias tanto no meio urbano quanto no meio rural. Entretanto, devemos ressaltar que nem sempre as mulheres chefes de domicílios eram mulheres pardas, pobres forras ou mães solteiras, existiam outras com perfis sociais e econômicos distintos.

Observamos, no geral, que várias destas chefes femininas, viviam totalmente sozinhas, outras acompanhadas de filhos, e/ou agregados e escravos.

No que concerne à ilegitimidade, constatamos nos registros paroquiais de batismo um considerável número de crianças ilegítimas na cidade de Mariana. Ao analisar os testamentos femininos, notamos mulheres solteiras e casadas declarando ser mães de ilegítimos. Vimos também homens casados e solteiros (dentre estes clérigos), legitimando em testamento seus filhos naturais e os deixando como herdeiros de seus legados.

Ao ler o testamento de um senhor branco, percebemos que este deixou todos os seus bens a sua ex-escrava. Nas entrelinhas, foi possível identificar que estávamos diante de um caso de concubinato, sendo que ambos viviam no mesmo domicílio. As leituras das fontes sempre nos revelam

aspectos surpreendentes, um exemplo disso está nas relações de compadrio observadas nas atas de batismo. Durante a análise de tal fonte, percebemos que várias mães de crianças ilegítimas procuraram firmar laços com pessoas mais abastadas da sociedade.

Em suma, o que este trabalho procurou ressaltar, através do estudo da chefia feminina de domicílios por mulheres solteiras em Mariana, foi que essa chefia esteve vinculada as difíceis condições de sobrevivência experimentadas por grande parte da população, especialmente as mulheres. Além disso, mostramos que a representatividade da chefia feminina em Mariana, tanto para área urbana quanto para a área rural, só pode ser entendida a partir das transformações que estavam acontecendo na economia e sociedade do século XIX. Procuramos mostrar, também que as mulheres solteiras desempenharam papéis importantes no período em que Mariana mais se dedicou às atividades mercantis de subsistência.

No que diz respeito à ocupação das mulheres solteiras no meio rural, temos a presença majoritária delas nas atividades ligadas à agricultura. Para o meio urbano, na lista nominativa, omitiu-se, a ocupação de muitas mulheres e as solteiras apareceram na maioria das vezes descritas como indigentes. Entretanto, a historiografia recente já mostra que muitas mulheres chefes de domicílio estavam ocupadas no setor têxtil e nas atividades ligadas ao comércio ambulante - principalmente de gêneros alimentícios.

Por fim, concluímos que a ilegitimidade foi fator comum na região de Mariana nas primeiras décadas do século XIX. Constatamos a incidência de filhos naturais nos testamentos e registros paroquiais de batismo e, de acordo com os resultados alcançados, podemos reforçar a idéia de que muitos destes naturais eram filhos de mulheres solteiras, muitas das quais eram chefes de domicílio. Mostramos também que o fenômeno da ilegitimidade não foi incomum entre as mulheres livres e brancas, que possuíam prestígio social e eram tratadas como “donas”.

Observamos homens com prestígio social e outros pertencentes a camadas populares se preocupando em reconhecer seus filhos ilegítimos em testamentos. Verificamos, que boa parte dos testadores que reconheciam seus filhos ilegítimos eram solteiros e provenientes de Portugal.

Enfim, o que esta monografia procurou ressaltar através do estudo da chefia de família por mulheres solteiras em Mariana - na primeira metade do século XIX- foi que esse fenômeno esteve vinculado às transformações sociais e econômicas ocorridas nesta sociedade. Assim, demonstramos que de fato chefia feminina de domicílios foi significativa no momento em que Minas Gerais sofria o processo de expansão da fronteira agrícola.

FONTES

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - AHCMM

Códice 651; Relação nominal dos habitantes do Distrito da Cidade de Mariana do ano de 1819.

Códice 742; Lista nominativa dos habitantes da freguesia de Santa Rita do Turvo do ano de 1821.

Códice 398; Lista nominativa dos habitantes da freguesia de São João Batista do Presídeo do ano de 1819.

Códice 398; Lista nominativa dos habitantes da freguesia de São João Januário do Ubá do ano de 1819.

Códice 701, Lista nominativa dos habitantes da freguesia de Rio Pomba, ano 1819 ou 1820.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - AEAM

O-15; Livro de Batismo da Catedral de 1807 a 1817.

Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - AHCSM

Inventários *Post — Mortem* com testamentos (1807-1822) 1º ofício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. Mulheres e escravos: entrevista concedida a Renato Pinto Venâncio. *LPH (Revista de História Depto de História/UFOP)*. Ouro Preto: n. 7, p. 9, 1997. p. 5-11.

ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana (1750 - 1850)*. 1994. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

_____. Homens ricos em Minas Colonial. In: BICALHO, Maria Fernanda e

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral (orgs). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

ANDRADE, Cristiana Viegas de. Domicílios mineiros oitocentistas; Caracterização segundo o sexo da chefia. In; BOTELHO, Tarcísio R (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia. Anpuh MG.2001.p. 65-90.

_____, Domicílios mineiros oitocentistas: uma aplicação do método “*grade of Membership*” (GoM). 2001. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. 1994. 270 f.

Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

_____, Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Minas nos séculos XVIII e XIX. In; *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1998, p.113 - 125.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Legitimidade, casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730 - 1850). In: *Anais do IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte. CEDEPLAR, 2000.

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____, BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In:_____. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Umcamp, 1993. p. 15-42.

COSTA, Dora Izabel Paiva da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo - 1829. In; *Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP*, 11, 1998, Caxambu, (MG). Belo Horizonte: ABEP. v.1.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no período colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____, História da família e demografia histórica. In; CARDOSO, Ciro Flamarion Santana, VAINFAS Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

_____, Mulher e Herança Africana: um ensaio. *Questões e debates*, Curitiba, n. 30, p.227-244, 1999.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, *Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993.

_____, Mulheres nas Minas Gerais. In: PRÍORE, Mary Del (Org.),

BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 141- 188.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 47. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREITAS, José Luiz de. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiaí (1818). In; COSTA, Iraci del Nero. (Org). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 205-222.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In; *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1998, p.13 - 26.

KUZNESOF, Anne Elizabeth. Ilegitimidade, raça e laços de família no Brasil do século XIX: uma análise da informação dos censos e de batismos para São Paulo e Rio de Janeiro. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais... São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 164-174.

LEWKOWICS, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. 1992. 344 f. Tese (Doutorado em História) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. Espaço urbano, família e domicílio (Mariana no início do século XIX). In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1988, p. 87-97.

_____. Herança em Relações Familiares / Os Pretos forros nas Minas Gerais do Século XVIII. *Revista Brasileira de Historia*, São Paulo, v.9, n.17. p.101-114. set.1988/fev 1989.

_____. As mulheres mineiras e o casamento: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. *Anais de História e estudos históricos*. São Paulo, Unesp, 12, p. 13-28,1993.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. *Cadernos Pagu*, v.11,p. 107-125, 1998.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e escravidão: dimensões materiais da sociedade no Segundo Reinado. Bonfim/MG*. 2000, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/ UFMG, 1980.

_____, MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego á escravidão numa economia não - exportadora. *Estudos Econômicos*, v.13 (1): p. 181-209, 1983.

MATOS, Mana Izilda S.de; SOIHET. Rachel; SÂMARA. Eni de Mesquita. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

_____. Estudos de Gênero: Percursos e Possibilidades na Historiografia Contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, p. 67 - 76, 1998.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria de gênero. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 99-105. 1998.

MOTTA, José Flávio, Demografia Histórica no Brasil. In: ARRUDAS, José Jobson; FONSECA, Luís Adão da (Org.). *Brasil - Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo: Edusc, 2001, p. 477- 478.

PAIVA, A. Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. 1996. 229 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716- 1789*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

PERARO, Maria Adenir. O princípio da fronteira e a fronteira de princípios: filhos ilegítimos em Cuiabá no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19,n. 38, p. 55-80. 1999.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. *A teia e a trama da "fragilidade humana": os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770 -1840*. 2003. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 217-235.

_____. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989, Ouro Preto. **Anais...** São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.154-163.

SAMARA, Eni de Mesquita. A História da Família no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n. 17. p.07-35, set.1989/fev. 1988.

_____. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 15, p. 91-105. Set. 1987/fev. 1988.

_____. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. Marco Zero, Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo, 1989 a.

_____. Famílias e domicílio em sociedades escravistas (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População na América Latina*, 1989b, Ouro Preto. **Anais...** São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.175-183.

_____. Patriarcalismo, Família e Poder na Sociedade Brasileira (séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.11, n. 22, p. 7-33. Mar. 1991/ago. 1991.

_____. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Revista História*, São Paulo, v. 12, 1993. p. 49-61.

_____. Mistérios da “Fragilidade Humana”: o adultério feminino no Brasil, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, n. 29, p.57-71, 1995.

_____. Gênero e identidade na historiografia. *LPH. Revista de História Depto de História/UFOP*. Ouro Preto, n. 6, p. 16-26, 1996.

_____. Demografia histórica, história da família e relações de gênero. In: JOBSON, José Arruda e FONSECA, Adão (Org.). *Brasil - Portugal: história, agenda para o milênio*. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 461 - 471.

_____. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. (Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Recife, SOS Corpo. 1991.

_____. História das mulheres. In; BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 9-35.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1984.

SILVA, Marilda Santana da. *Dignidade e transgressão: Mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

SLENES Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: *a economia escrava de Minas Gerais no Século XIX. Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, p. 449-495, set./dez. 1998.

SOÍHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275-296.

_____. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, v. 11, p. 77-87, 1998.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas, (SP):Ed.Unicamp, 2004.

VENANCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças no Brasil antigo: miséria, ilegitimidade e orfandade. *Revista História (UNESP)*, v.14, p. 153 - 171, 1995.

_____. *Famílias abandonadas: assistência à crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. Compadrio e rede familiar entre as forras de Ouro Preto Colonial. In: *Congresso de Ciências Humanas, Letras e arte*, 5, 2001. Ouro Preto. p. 01-09.